RELATÓRIO DO ESTADO DA ECONOMIA DE CABO VERDE EM 2015



Banco de Cabo Verde

RELATÓRIO
DO ESTADO DA ECONOMIA DE CABO VERDE
EM 2015

Banco de Cabo Verde
Cidade da Praia
2016

Índice

Avaliação Global 4

Capítulo 1. Enquadramento Internacional 6

Capítulo 2. Políticas Macroeconómicas 11

2.1. Política Monetária e Condições Monetárias e Financeiras da Economia Cabo-Verdiana 11

A Política de Crédito dos Bancos 14

2.2. Política e Situação Orçamental 16

Capítulo 3. Oferta e Procura 23

A Atividade Turística em 2015 24

Caixa 1: Contas dos Sectores Institucionais 2007-2012 32

Capítulo 4. Mercado de Trabalho 38

Caixa 2: A Economia Informal em Cabo Verde 42

Capítulo 5. Inflação 47

Capítulo 6. Contas Externas 50

Anexo Estatístico 55

Avaliação Global

Num contexto de melhoria ainda que modesta do enquadramento externo, a economia cabo-verdiana evidenciou um dinamismo moderado.

As condições macroeconómicas e financeiras relativamente mais favoráveis dos principais parceiros do país, bem como o menor crescimento da sua inflação, numa conjuntura de baixa generalizada dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais, favoreceram a redução da fatura das importações do país, a recuperação das exportações de turismo, o crescimento das remessas dos emigrantes e a contenção dos preços no consumidor, beneficiando consequentemente o rendimento disponível das famílias cabo-verdianas

De acordo com as estimativas das contas nacionais trimestrais do Instituto Nacional de Estatística, o ritmo de crescimento real da economia abrandou entretanto em 2015 de 1,9 para 1,5 por cento. Num contexto de reforço do pendor acomodatício da política monetária, o arrefecimento da economia refletiu os impactos na atividade económica da política de consolidação orçamental (evidenciada no aumento das receitas fiscais, na redução das despesas de investimento e na contenção das despesas de funcionamento), do surgimento de constrangimentos na execução de determinados investimentos públicos e da contínua deterioração da confiança dos agentes económicos, com efeitos a nível da dinâmica do consumo (num ano em que o desemprego reduziu três pontos percentuais) e do investimento (consubstanciado numa procura bancável de crédito ainda modesta).

A evolução muito contida da procura interna, a par da contínua redução da inflação importada, explica em boa medida a diminuição do défice da balança corrente e a acumulação de reservas internacionais líquidas no nível histórico de 6,4 meses de importações de bens e serviços. Não obstante, a posição de investimento internacional líquida negativa do país aumentou para 148 por cento do PIB.

O défice financeiro do país manteve-se, entretanto, concentrado em instrumentos não geradores de dívida e em dívida concessional, tendo os *stocks* de investimento direto estrangeiro e de dívida externa pública concessional representado, respetivamente, 66 e 64 por cento da posição líquida dos investimentos internacionais.

Quadro 1. Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidades	2013	2014	2015
I. Sector Real				
Produto Interno Bruto	variação real em %	0,8	1,9	1,5
Inflação Média dos 12 meses	taxa variação em %	1,5	-0,2	0,1
Taxa de Desemprego	taxa variação em %	16,4	15,8	12,4
II. Sector Monetário e Cambial				
Activo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	38,1	21,8	13,4
Reservas Internacionais Líquidas	taxa variação em %	16,8	21,1	7,8
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	3,7	2,4	2,2
Crédito à Economia	taxa variação em %	2,0	-0,2	2,7
Massa Monetária	taxa variação em %	11,0	7,3	5,9
Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Nominal	2001=100; valores médios	104,5	104,4	102,4
Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real (*)	2001=100; valores médios	114,0	112,9	110,9
III. Sector Externo				
Balança Corrente + Balança de Capital	em % do PIB	-5,3	-8,5	-3,1
Balança Corrente	em % do PIB	-5,7	-9,0	-4,3
Reservas/Importações	meses	4,8	5,4	6,4
Posição de Investimento Internacional	em % do PIB	-140,7	-144,2	-147,7
IV. Finanças Públicas				
Saldo Global	em % do PIB	-9,3	-7,5	-4,1
Saldo Primário	em % do PIB	-7,1	-5,3	-1,5
Dívida Pública	em % do PIB	102,7	114,7	123,4

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.
Notas: Os dados do PIB, do Sector Externo e das Finanças Públicas são provisórios. O PIB de 2014 e 2015 são estimativas do Instituto Nacional de Estatística.
(*) Um aumento da taxa de câmbio efectiva real sinaliza a perda de competitividade-preço do país e vice-versa.

Capítulo 1. Enquadramento Internacional

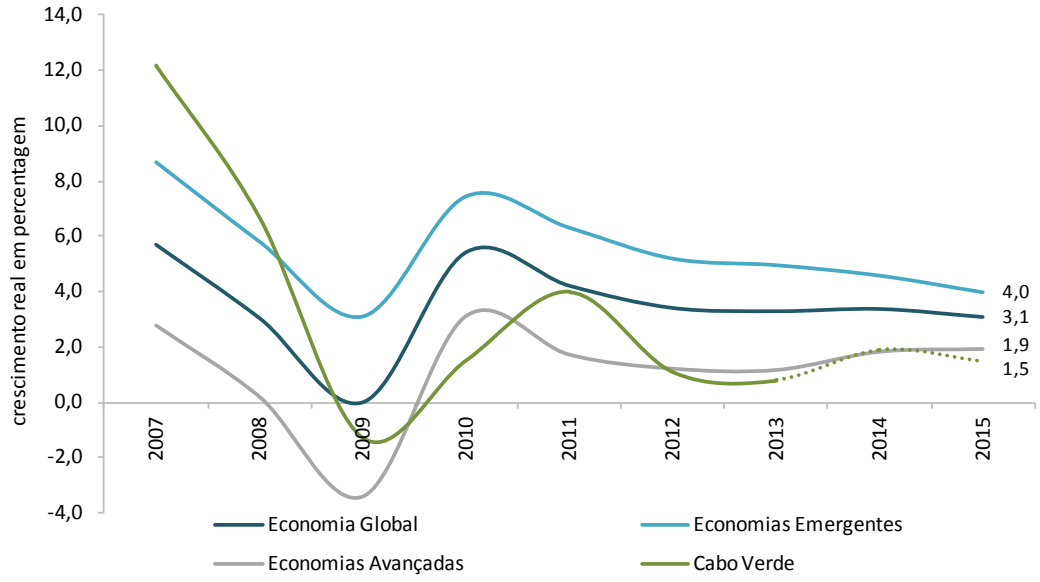
O enquadramento externo da economia cabo-verdiana foi relativamente favorável em 2015, com a contínua recuperação económica dos principais parceiros do país. Não obstante, a economia global registou o pior desempenho desde 2009, o ano da grande recessão.

De acordo com as estimativas preliminares do Fundo Monetário Internacional (FMI) o crescimento real da economia mundial foi de 3,1 por cento em 2015, menos 0,3 pontos percentuais que o de 2014, traduzindo a desaceleração do ritmo de crescimento das economias emergentes e em desenvolvimento em 0,6 pontos percentuais para quatro por cento em 2015, o menor crescimento desde 2002. As economias avançadas cresceram em termos reais 1,9 por cento em 2015, que compara a 1,8 por cento em 2014.

A aceleração do crescimento das economias avançadas, ainda que modesta, foi suportada, em grande medida, pelas taxas de juro baixas, pela melhoria das condições no mercado de trabalho e pelo aumento da confiança dos agentes económicos.

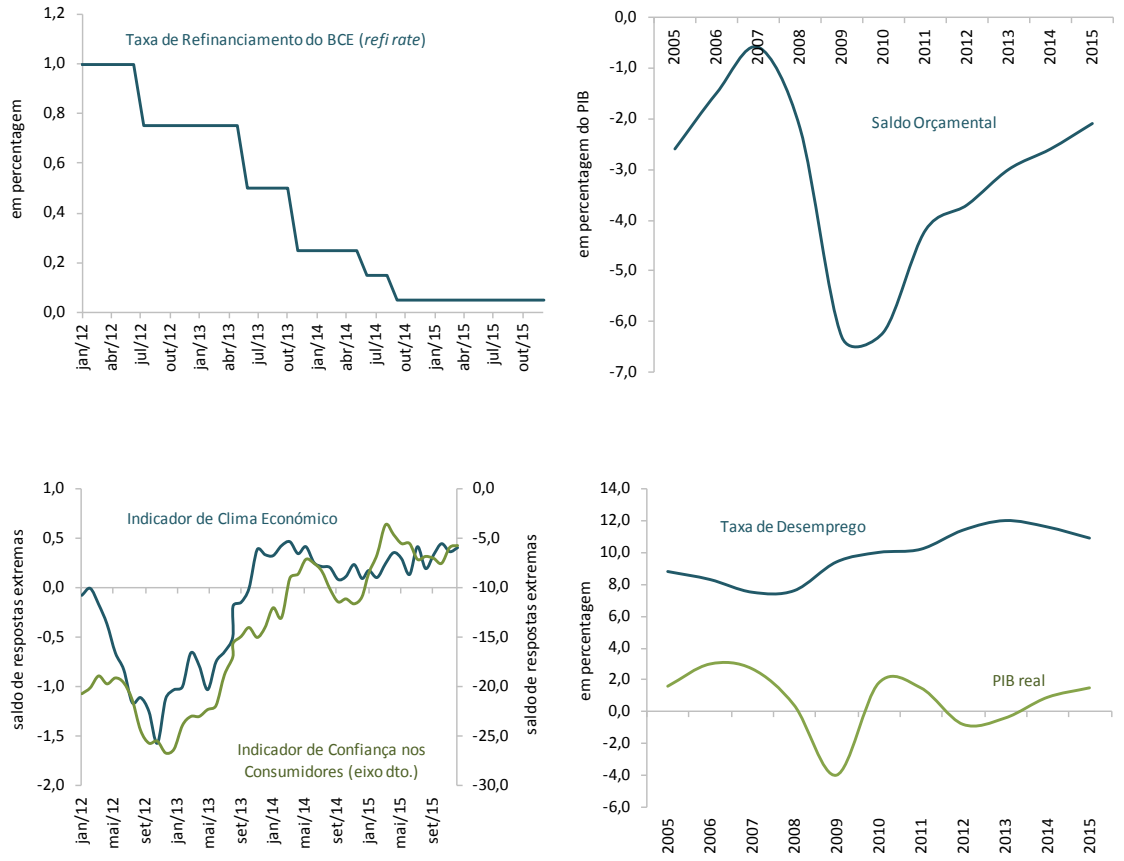
A economia da Área do Euro, o principal parceiro externo do país, cresceu em termos reais 1,5 por cento em 2015 (0,9 por cento em 2014), determinado pelo aumento do consumo privado e das exportações, num contexto de depreciação do euro e de queda dos preços do petróleo, que proporcionaram um apoio adicional ao rendimento disponível real das famílias, à rendibilidade e ao investimento das empresas.

Figura 1. Desempenho da Economia Global



Fonte: Fundo Monetário Internacional e Instituto Nacional de Estatística.

Figura 2. Política Macroeconómica da Área do Euro e seu Efeito na Confiança e Atividade Económica



Fonte: Banco Central Europeu, Eurostat, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional.

O desempenho económico da Área do Euro também refletiu o impacto dos estímulos monetários nas condições de financiamento, bem como a política orçamental neutra. O Banco Central Europeu (BCE) reforçou o cariz excecionalmente acomodatício da sua política monetária em 2015, numa conjuntura de pressão descendente dos preços no consumidor, através da implementação de um programa de aquisição mensal de ativos em 60 mil milhões de euros e da redução das taxas *refi* e da facilidade de cedência de liquidez, para 0,05 e 0,3 por cento, respetivamente, da redução da facilidade de absorção de liquidez para -0,3 por cento. Neste quadro, as taxas Euribor mantiveram a tendência decrescente, tendo as taxas de um, três e seis meses atingido valores negativos, respetivamente no primeiro, segundo e terceiro trimestres do ano.

Note-se, entretanto, que os constrangimentos relacionados à excessiva alavancagem do sector privado e à redução da procura global inibiram um crescimento mais acelerado da região monetária europeia.

O maior dinamismo da atividade económica na Área do Euro traduziu-se em melhorias no mercado de trabalho, conforme mostra a redução da taxa de desemprego de 11,4 por cento em 2014 para 10,4 por cento em 2015.

Os Estados Unidos da América, outro importante parceiro do país, manteve, em 2015, o ritmo de crescimento registado em 2014 (2,4 por cento). O desempenho económico dos EUA foi determinado pelo dinamismo do consumo das famílias, cujo crescimento

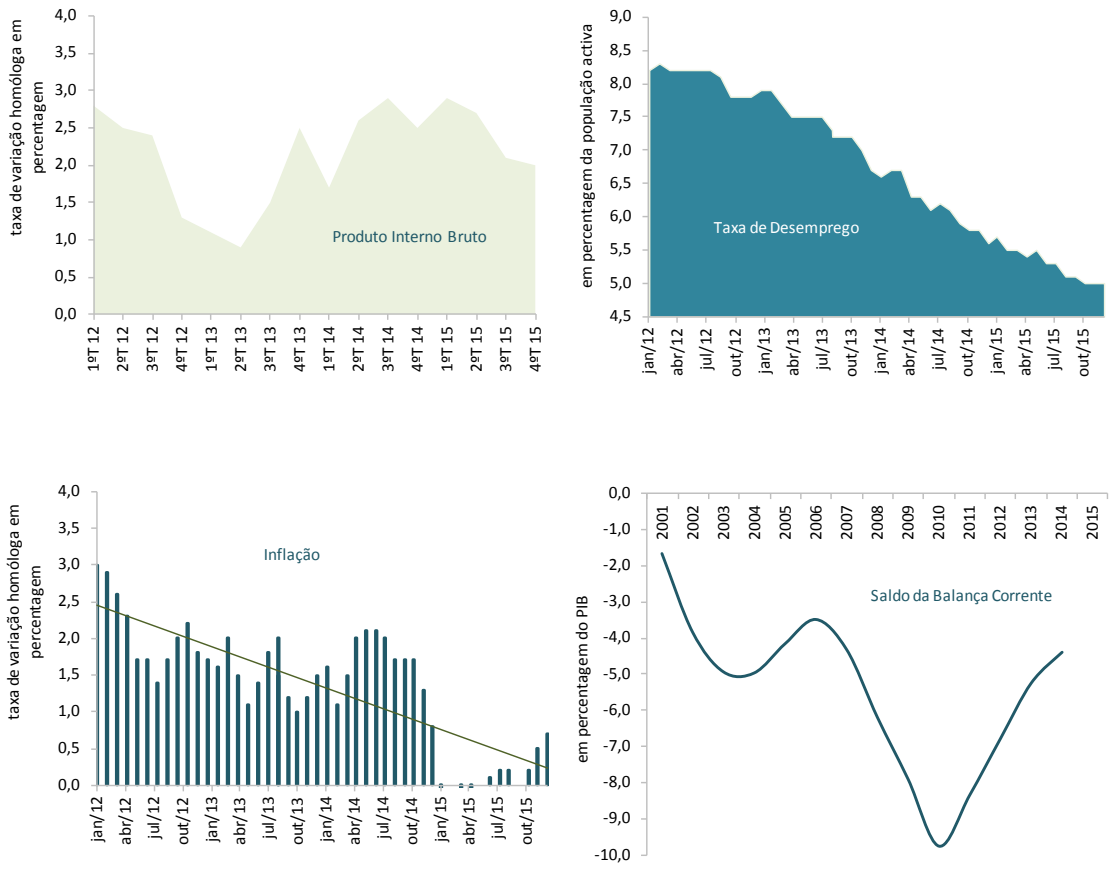
em volume foi superior a três por cento pela primeira vez desde 2006, suportado pelo aumento do rendimento disponível real, num contexto de redução consistente da taxa de desemprego (de 5,6 por cento em 2014 para cinco por cento em 2015), de reforço do nível de confiança dos consumidores e de aumento dos investimentos no sector imobiliário.

Em contrapartida, a queda dos preços do petróleo refletiu-se negativamente nos investimentos realizados, dado o peso das petrolíferas naquele agregado e na atividade industrial, enquanto as exportações abrandaram significativamente em consequência da apreciação do dólar.

A Reserva Federal iniciou o ciclo de normalização dos *fed funds rates* em dezembro, aumentando, pela primeira vez em uma década as taxas de juro. O intervalo de variação de 0-0,25 do *fed funds rate* aumentou para 0,25-0,50 por cento. Esta alteração refletiu, particularmente, os sinais de recuperação da economia norte-americana e a descida consistente do desemprego, para valor abaixo do registado em 2008.

A economia do Reino Unido, que tem sido um importante mercado do turismo nacional, registou um crescimento de 2,2 por cento em 2015 (2,9 por cento em 2014), reflexo do arrefecimento das atividades industriais, de construção e energia, não obstante o aumento do rendimento disponível real das famílias, suportado pela redução do desemprego (de 6,3 por cento em 2014 para 5,4 por cento em 2015) e por condições de financiamento menos restritivas.

Figura 3. Principais Indicadores Macroeconómicos dos EUA



Fonte: Bureau of Economic Analisys, Bureau of Labor Statistics e Fundo Monetário Internacional.

Ao contrário do desempenho das economias avançadas, as economias emergentes e em desenvolvimento apresentaram uma performance menos positiva em 2015.

A desaceleração do ritmo de crescimento da economia dos mercados emergentes e em desenvolvimento esteve fortemente relacionada ao arrefecimento da economia chinesa. O crescimento real da atividade económica na China desacelerou pelo quinto ano consecutivo em 2015, tendo-se fixado em 6,9 por cento (7,3 por cento em 2014), refletindo o processo em curso de reestruturação do modelo macroeconómico e as fragilidades do sector financeiro. Os efeitos de contágio, através do canal de comércio, se fizeram sentir nos parceiros da maior economia asiática de forma direta, via redução da procura da China, e indireta, via impactos nos preços internacionais de bens específicos que o país importa.[1]

O desempenho das economias emergentes e em desenvolvimento foi igualmente constrangido pelas condições de financiamento mais restritivas (em parte devido ao início do processo de normalização da política monetária norte-americana) e pela redução dos preços das matérias-primas, num contexto de abrandamento do comércio internacional, de aumento de incerteza política e de recrudescimento de conflitos e atos de terrorismo em algumas economias do grupo.

Refira-se que o produto interno bruto do Brasil e da Rússia contraiu 3,8 e 3,7 por cento, respetivamente, em 2015, em função sobretudo da expressiva redução dos seus investimentos (em larga medida causada pelo impacto da redução dos preços das matérias-primas nos investimentos dos sectores relacionados a esses bens) e das importações (em virtude da forte depreciação das suas moedas, que se traduziu numa elevada inflação dos preços no consumidor).[2] Note-se, ainda, que a Rússia continuou a ressentir-se das sanções económicas impostas pela União Europeia.

Destacando a sub-região onde Cabo Verde está inserido, note-se que o crescimento económico da Africa Subsariana desacelerou em 2015 para o nível mais baixo dos últimos seis anos, fixando-se em 3,5 por cento (menos 1,5 pontos percentuais que em 2014). O desempenho económico menos favorável refletiu a queda dos preços das commodities e o agravamento dos custos de financiamento nos mercados externos, que levaram a expressivos ajustamentos orçamentais nas economias exportadoras de matérias-primas (em particular, Nigéria e Angola).[3] Igualmente, os desequilíbrios internos em alguns países de

[1] A nível do comércio mundial, a China encontra-se entre os dez maiores parceiros comerciais de mais de 100 economias, que no conjunto representam cerca de 80 por cento do produto interno bruto mundial. Estima-se que a redução de um ponto percentual no crescimento económico da China, causada pela redução do seu nível de investimentos, tem um impacto negativo de 0,25 pontos percentuais no crescimento do grupo das vinte maiores economias do mundo (G20). Adicionalmente, sendo a China o maior importador de matérias-primas (40 por cento da procura global em 2014), em especial dos metais, a desaceleração do seu ritmo de investimentos traduziu-se numa menor procura por matérias-primas que, por sua vez, determinou a redução dos preços desses bens (em particular, os preços dos metais reduziram desde 2011, em média, em torno de 60 por cento).

[2] O investimento e as importações têm evidenciado também uma elevada sensibilidade à procura agregada nessas economias, em períodos de constrangimentos económicos.

[3] A dependência de matérias-primas tornou cerca de metade dos países da África Subsariana vulnerável à redução dos seus preços. O aumento das atividades extrativas, desde os anos 90, colocou a região entre as mais dependentes da exportação de matérias-primas do mundo, a par da África do Norte e do Médio Oriente. As economias da África Subsariana que foram mais afetadas com a redução dos preços foram as exportadoras de petróleo, estimando-se que o impacto do choque de preços seja negativo entre três e 3,5 pontos percentuais sobre o crescimento económico, por vários anos após o choque. Por sua vez, a redução dos preços dos metais afetou de forma menos negativa os países exportadores. Por um lado, estão expostos a uma maior variedade desse tipo de bens e, por outro, por muitos serem importadores de petróleo, o impacto da redução dos preços dos metais foi parcialmente compensado pela redução das faturas de importação de petróleo. Contudo, alguns países assistiram ao encerramento de algumas minas de extração de metal, com impactos negativos na atividade económica e no rendimento das famílias.

rendimento médio (em particular, África do Sul, Gana e Zâmbia), também contribuíram para o enfraquecimento da performance da região.

O mercado das *commodities* foi marcado por uma queda generalizada dos preços, contribuindo direta e indiretamente para a redução da inflação nacional importada. O preço internacional de matérias-primas energéticas registou um decréscimo acentuado, sobretudo no segundo semestre do ano, reduzindo 47,1 por cento em 2015, em termos médios anuais. A manutenção da quota de produção, por parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), num contexto de redução da procura global, contribuiu em larga medida para a queda do valor das matérias-primas energéticas. Por sua vez, o preço das matérias-primas não energéticas reduziu 17,4 por cento.

A relativa melhoria das condições macroeconómicas e financeiras dos principais parceiros do país, bem como o menor crescimento da sua inflação, numa conjuntura de baixa dos preços das matérias-primas, favoreceram a recuperação das exportações de turismo do país, o crescimento das remessas dos emigrantes, a diminuição da fatura das importações e a contenção dos preços no consumidor, beneficiando consequentemente o rendimento disponível das famílias cabo-verdianas.

Capítulo 2. Políticas Macroeconómicas

2.1. Política Monetária e Condições Monetárias e Financeiras da Economia Cabo-Verdiana

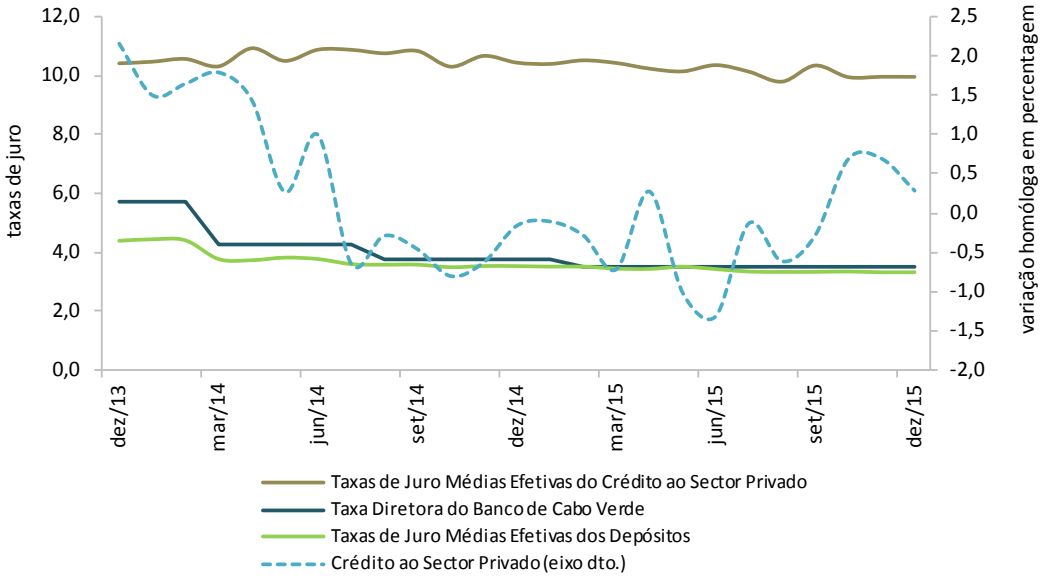
Num contexto de baixas pressões inflacionistas e de manutenção das reservas em níveis compatíveis com o imperativo de garantir a credibilidade do regime cambial de *peg* unilateral ao euro e, consequentemente, a estabilidade macroeconómica e financeira do país, o Banco de Cabo Verde (BCV) reforçou a orientação acomodatícia da política monetária em 2015.

O BCV implementou em fevereiro um conjunto de medidas, visando incentivar o financiamento de investimentos produtivos, que incluía: (1) a redução da taxa de reservas mínimas em três pontos percentuais para 15 por cento; (2) a diminuição da taxa diretora em 25 pontos base para 3,5 por cento; (3) a redução da taxa da facilidade permanente de absorção de liquidez em 25 pontos base para 0,25 por cento. As taxas da facilidade permanente de cedência de liquidez e de redesconto, por estarem indexadas à taxa diretora, registaram também uma diminuição de 25 pontos base, para 6,5 e 7,5 por cento, respetivamente.

Apesar da manutenção, pelos bancos, de critérios restritivos na aprovação de empréstimos, devido à persistência de um sentimento de aversão ao risco, que continuaram a enfrentar constrangimentos relacionados com o nível de cumprimento do serviço da dívida dos clientes, bem como com a elegibilidade da procura, sobretudo, de empresas sem contabilidade organizada, registou-se alguma transmissão das medidas de política monetária à economia real.

Os bancos flexibilizaram, em alguma medida, as condições de financiamento, baixando as taxas ativas e aumentando o volume de crédito ao sector privado, respetivamente, em 0,73 pontos percentuais e em 1,6 por cento, em média, entre fevereiro e dezembro.

Figura 4. Transmissão Monetária em Cabo Verde



Fonte: Banco de Cabo Verde.

No entanto, devido à persistência de elevados níveis de liquidez excedentária no sistema bancário e de alto grau de aversão aos riscos macroeconómicos e de crédito, a transmissão monetária ficou aquém do desejável. O *spread* relativamente elevado, em função também da redução dos custos de *funding* (em termos médios as taxas de juros de depósitos reduziram 0,21 pontos percentuais), mitigou os efeitos negativos do fraco crescimento do crédito na margem financeira dos bancos.

Desenvolvimentos Monetários e Financeiros

Em 2015, numa conjuntura de reforço do pendor acomodatício da política monetária, a melhoria da posição externa líquida do país e o aumento do crédito à economia impulsionaram a expansão monetária.

A massa monetária, agregado M2, registou um crescimento homólogo de 5,9 por cento, que compara a 7,3 por cento registado em 2014, refletindo o aumento das disponibilidades líquidas sobre o exterior em 13,4 por cento e a recuperação do crédito à economia, que cresceu 2,7 por cento, depois de ter reduzido 0,2 por cento em 2014.

O comportamento dos ativos externos líquidos do país refletiu a acumulação das reservas internacionais líquidas, em cerca de 33 milhões de euros, e o aumento das aplicações dos bancos no exterior, em 20,3 milhões de euros.

O crescimento do crédito à economia foi impulsionado sobretudo pelo aumento dos empréstimos às empresas públicas, na ordem dos 2.359 milhões de escudos. Os empréstimos ao sector privado cresceram 0,3 por cento (reduziram 0,2 por cento em 2014), em função do aumento do financiamento bancário de empresas dos ramos das indústrias transformadoras, serviços sociais e pessoais, comércio e restaurantes e hotéis, bem como de particulares para aquisição ou construção de habitação própria e consumo.

Não obstante a recuperação do crédito à economia, o ritmo de crescimento do crédito interno líquido moderou, com a estabilização do crédito ao sector público administrativo, num contexto de aumento das receitas fiscais e dos donativos ao Estado cabo-verdiano.

Relativamente aos custos de financiamento interno do sector privado, embora se tenha registado, de acordo com os bancos, um aumento na restritividade dos critérios de aprovação de empréstimos a empresas não financeiras, (associado às características da procura, direcionada sobretudo para reestruturação de dívidas, de acordo com os bancos, e devido ao nível de incumprimento relativamente elevado, bem como aos riscos de crédito de empresas sem contabilidade organizada), as taxas de juro ativas reduziram em termos médios anuais 0,54 pontos percentuais em dezembro de 2015, face ao período homólogo.

O recurso ao mercado de capitais, enquanto fonte alternativa de financiamento, permaneceu condicionado às exigências de um mercado mais sofisticado. Com efeito, o aumento das emissões de obrigações empresariais no mercado primário (na ordem dos 1.950 milhões de escudos, 1,8 por cento do crédito total à economia), em 2015, traduziu as ofertas particulares de três empresas públicas.[4] [5]

Quadro 2. Situação Monetária

	2013	2014	2015
		saldos em milhões de escudos	
Posição Externa	**36.168,0**	**44.061,5**	**49.957,4**
Ativos Externos Líquidos do BCV	38.005,6	46.365,8	50.026,0
Crédito Interno Líquido	**120.790,2**	**123.688,7**	**126.416,9**
Crédito Líquido ao Sector Público Administrativo	26.271,7	29.347,1	29.502,4
Crédito à Economia	94.518,5	94.341,6	96.918,8
Massa Monetária	**136.080,4**	**146.005,4**	**156.191,5**
Base Monetária	38.427,4	45.778,5	46.749,5
Memo itens			
Inflação (var. média anual IPC em %)	*1,5*	*-0,2*	*0,1*
*Taxa de Câmbio Efetiva Real (t.v.h. em %)**	*-0,50*	*-1,52*	*-1,79*
Taxas dos Bilhetes do Tesouro (a 91 dias, média em %)	*3,43*	*1,67*	*0,99*

Fonte: Banco de Cabo Verde.
Notas: t.v.h.-taxa de variação homóloga; p.p.-pontos percentuais; IPC-Índice de Preços no Consumidor e BT-Bilhetes do Tesouro.
* Um aumento implica uma redução da competitividade preço do país.

Os depósitos, principal fonte de financiamento dos bancos nacionais, cresceram 6,3 por cento, reflexo principalmente do aumento dos depósitos a prazo e de poupança de emigrantes (em seis por cento) e de residentes (7,8 por cento), não obstante a redução da taxa média de remuneração dos depósitos de residentes e emigrantes, ambas em 0,33 pontos percentuais.

Registe-se que os depósitos a prazo e de poupança (7,3 por cento) cresceram a um ritmo tendencialmente superior ao dos depósitos à ordem (4,5 por cento) e da moeda em circulação (três por cento), sugerindo a realização de alguma poupança precaucional pelos agentes económicos em 2015, em linha com a sua perceção de riscos macroeconómicos e financeiros.

[4] Crédito total à economia inclui crédito bancário e dívida titulada concedidos a empresas e particulares. Ascendia em dezembro de 2015 a 110.323,7 milhões de escudos, equivalente a 69,2 por cento do PIB.

[5] As transações de ações e obrigações de empresas no mercado secundário totalizaram 210,6 milhões de escudos, o que representa uma redução de 44 por cento face a 2014. O segmento acionista registou o maior volume de transações (67 por cento do total do mercado), sendo que 78 por cento estiveram associadas à oferta pública de venda de ações de um banco nacional.

A Política de Crédito dos Bancos em 2015

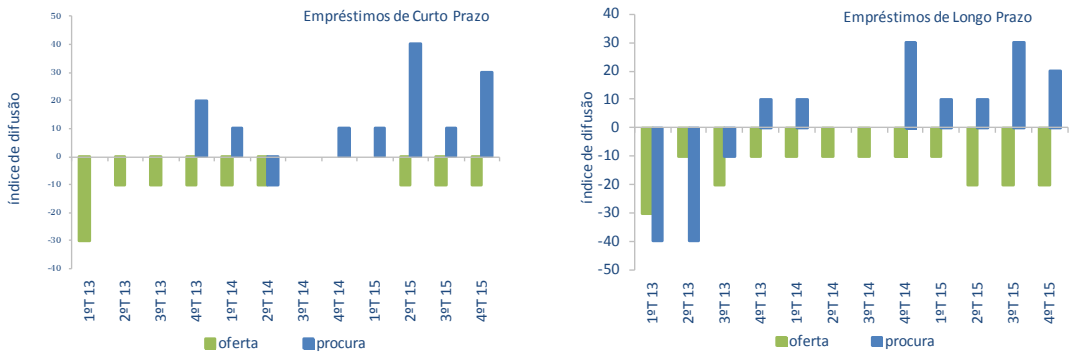
No âmbito da análise dos desenvolvimentos no mercado de crédito, o Banco de Cabo Verde realiza trimestralmente um inquérito aos bancos, com o objetivo de obter informações mais detalhadas sobre as políticas de crédito seguidas e as condições no mercado de crédito.

De acordo com os resultados dos inquéritos realizados em 2015 aos seis bancos que fazem parte da amostra, face ao ano de 2014, os critérios de aprovação de empréstimos tanto de curto prazo como de longo prazo a empresas tornaram-se mais restritivos.[6] As principais razões apontadas para explicar este aumento da restritividade foram o nível de incumprimento dos clientes e os riscos associados às empresas sem contabilidade organizada. Contudo, a posição de liquidez e o custo de capital, por terem sido positivamente avaliados pelos bancos, contribuíram para mitigar em parte o aumento da restritividade dos critérios.

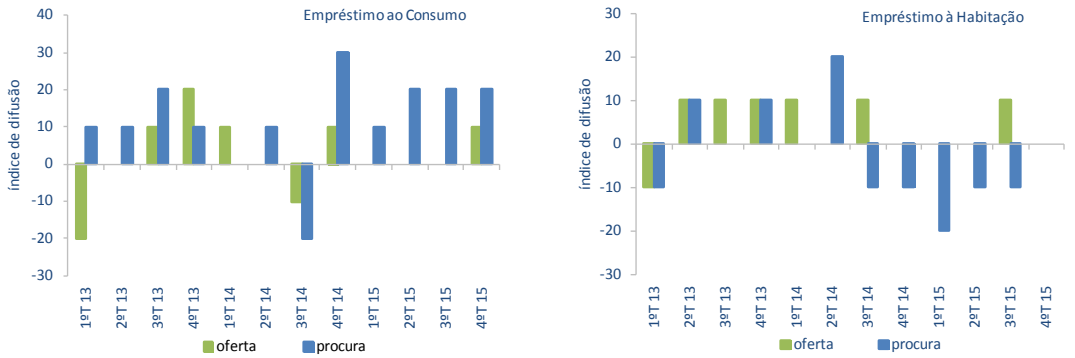
As condições aplicadas nos empréstimos concedidos tornaram-se, entretanto, menos restritivas, com destaque para o nível do *spread* aplicado nos empréstimos de risco médio, as comissões e outros encargos não relacionados com taxas de juro e as alterações nas taxas de juro. Contudo, a diferenciação com base no perfil de risco acentuou-se ao longo do ano, com o aumento da restritividade no *spread* aplicado pelos bancos nos empréstimos de maior risco.

A procura de empréstimos de curto e longo prazos por parte das empresas aumentou, motivada principalmente por maiores necessidades de reestruturação da dívida e de fundo de maneio, bem como de financiamento de existências e investimento.

Empresas não Financeiras



Particulares



Fonte: Banco de Cabo Verde.

No que diz respeito aos particulares, os critérios de concessão de empréstimos para aquisição de habitação mantiveram-se sem grandes alterações, sendo contudo de destacar que um banco tornou os seus critérios menos restritivos. Da mesma forma, os fatores que influenciaram os critérios adotados mantiveram-se, em termos globais, praticamente inalterados. Refira-se, contudo, que as expectativas quanto à atividade

[6] Note-se que a maior parte dos bancos não reportou alterações nos critérios de concessão de empréstimos a empresas, nos inquéritos trimestrais.

económica em geral e as perspetivas para o mercado de habitação contribuíram negativamente para a flexibilização dos critérios.

Em relação às condições aplicadas nos contratos de crédito à habitação, não obstante a maioria dos bancos não reportar alterações nas condições aplicadas, ao longo de 2015 mais bancos tenderam a se posicionar no sentido do aumento da restrição, nas condições inquiridas, comparativamente àqueles que reportaram menor restritividade. Em particular, observou-se um aumento da restritividade ao nível do rácio entre o valor do empréstimo e o valor da garantia, bem como do *spread* aplicado nos empréstimos de maior risco. As condições mais favoráveis foram registadas ao nível do *spread* aplicado nos empréstimos de risco médio e das comissões e outros encargos não relacionados com taxas de juro. O nível de endividamento dos clientes foi o fator mais referido pelos bancos para justificar o grau de incumprimento do serviço da dívida. Por sua vez, o emprego no sector formal e a disponibilidade de outras fontes de rendimento tiveram impacto positivo no cumprimento do serviço da dívida.

A procura de empréstimos de longo prazo por particulares diminuiu. Entre os fatores indicados para justificar este comportamento da procura, destacam-se a confiança dos consumidores, o nível de emprego e condições salariais dos clientes e as despesas de consumo não relacionadas com a habitação.

No segmento dos empréstimos a particulares para o consumo e outros fins, os critérios de concessão de crédito também permaneceram sem alterações significativas, com apenas um banco a registar critérios menos restritivos nos empréstimos ao consumo. No entanto, as expectativas quanto à atividade económica em geral terão coibido uma menor restrição dos critérios aplicados. No que respeita às condições de aprovação de empréstimos, observou-se uma diminuição da restritividade no *spread* aplicado nos empréstimos de risco médio.

Em relação à procura, registou-se um aumento da procura de empréstimos de curto prazo por particulares, não obstante o efeito negativo exercido pela confiança deteriorada dos consumidores.

2.2. Política e Situação Orçamental[7]

Com o objetivo de promover a sustentabilidade das finanças públicas, a política orçamental adotada em 2015 preconizou a consolidação gradual e consistente das contas públicas.

Neste quadro, do lado das receitas, o Orçamento do Estado para 2015 (OE 2015) previu a implementação dos novos Códigos de Imposto sobre o Rendimento (de pessoas coletivas e singulares) e a consolidação do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado e do Código Aduaneiro, objetivando alargar a base tributária e aumentar a eficácia fiscal. Igualmente, o OE 2015 perspetivou a promoção da eficiência na arrecadação das receitas, com a implementação da versão melhorada do sistema aduaneiro (Sydonia World), a automatização do bloqueio ao desalfandegamento de mercadorias por parte dos incumpridores fiscais, a consolidação dos processos de declaração eletrónica do imposto sobre o valor acrescentado e de atualização do cadastro dos contribuintes, entre outras medidas de combate à fraude e à evasão fiscal.

Do lado das despesas, o OE 2015 estipulou o reforço de um conjunto de medidas de consolidação das despesas públicas, entre as quais, a evolução salarial moderada no quadro da adoção do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), a contenção do quadro de pessoal da função pública (excetuando para as áreas de segurança, justiça, saúde, educação e finanças), a racionalização na aquisição de bens de consumo intermédio, a redução das transferências para os Fundos e Serviços Autónomos para reforçar a implementação de medidas de racionalização e sustentabilidade financeira, a racionalização de estruturas na Administração Pública, bem como a redução gradual das despesas de investimento.[8]

Quadro 3. Principais Indicadores Orçamentais

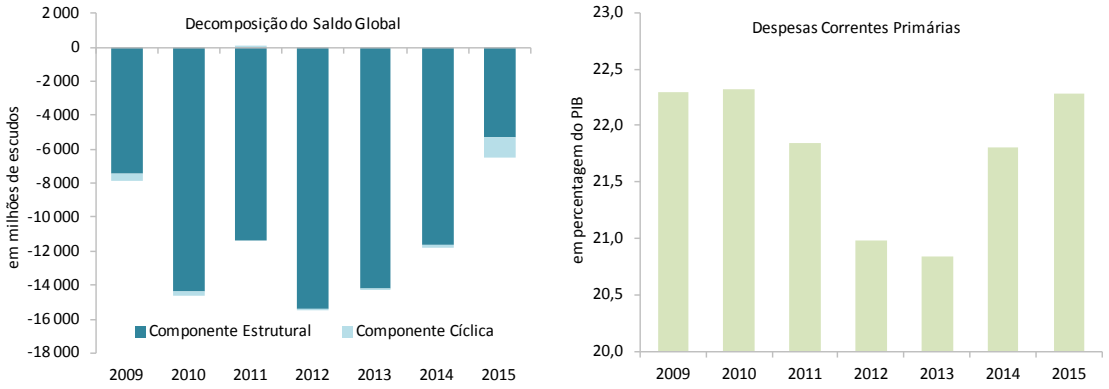
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
	em milhões de escudos			taxa de execução (%)			em % do PIB		
Receitas Totais	**37.716**	**35.328**	**40.410**	**80,3**	**79,2**	**90,9**	**24,5**	**22,6**	**25,3**
Receitas Fiscais	28.099	27.061	30.253	81,1	82,7	93,4	18,3	17,3	19,0
Donativos	4.024	2.787	3.262	74,4	52,8	68,6	2,6	1,8	2,0
Outras Receitas	5593	4.480	6.894	98,6	82,4	98,1	3,6	3,5	4,3
Despesas Totais	**52.039**	**47.393**	**47.185**	**86,1**	**81,9**	**82,5**	**33,9**	**30,3**	**29,6**
Despesas com o Pessoal	16.601	17.172	16.556	91,5	92,9	88,3	10,8	11,0	10,4
Aquisição de Bens e Serviços	5.062	5.744	5.551	59,7	68,4	64,6	3,3	3,7	3,5
Juros da Dívida	3.383	3.444	4.142	91,9	82,0	99,0	2,2	2,2	2,6
Activos não Financeiros	16.615	9.850	7.521	90,7	69,5	56,5	10,8	6,3	4,7
dos quais: PPIP	16.546	9.691	7.386	91,1	69,4	56,5	10,8	6,2	4,6
Saldo Global incl. Donativos	**-14.308**	**-11.756**	**-6.491**				**-9,3**	**-7,5**	**-4,1**
Saldo Global excl. Donativos	*-18.332*	*-14.542*	*-9.753*				*-11,9*	*-9,3*	*-6,1*
Saldo Primário incl. Donativos	*-10.925*	*-18.312*	*-2.349*				*-7,1*	*-5,3*	*-1,5*
Dívida Pública	**157.867**	**179.366**	**196.804**				**102,7**	**114,7**	**123,4**

Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Instituto Nacional de Estatística.
Nota: As estatísticas das finanças públicas foram apresentadas de acordo com a abordagem antiga da metodologia do Fundo Monetário Internacional.

[7] Análise realizada com a informação disponível em 30 de Abril de 2016.

[8] A execução de projetos de infraestruturação, nomeadamente a construção e expansão de portos e estradas, a melhoria e a criação de infraestruturas do sector energético e para a mobilização da água, a construção de barragens, entre outros, manteve-se como a principal prioridade da política de investimento do Governo em 2015.

Figura 5. Decomposição do Saldo Global e Despesas Correntes Primárias



Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamenento e Banco de Cabo Verde.

A implementação das medidas de política orçamental acima elencadas, aliada a alguns fatores de natureza exógena, nomeadamente o aumento extraordinário dos donativos e de dividendos distribuídos por empresas públicas, traduziu-se no crescimento das receitas do Estado na ordem dos 14 por cento (acima dos seis por cento previstos no orçamento).

As despesas públicas, por seu turno, reduziram 0,4 por cento, refletindo a queda das despesas de investimento. Neste contexto, o défice orçamental diminuiu de 11.757 milhões de escudos registados em 2014 para 6.491 milhões de escudos, não obstante os condicionamentos impostos pela conjuntura económica menos favorável, como sugere a análise da decomposição do saldo orçamental ilustrada na figura 5.

A necessidade de financiamento do orçamento, ainda que menor, determinou o aumento na ordem dos dez por cento do stock da dívida pública para 196.804 milhões de escudos.

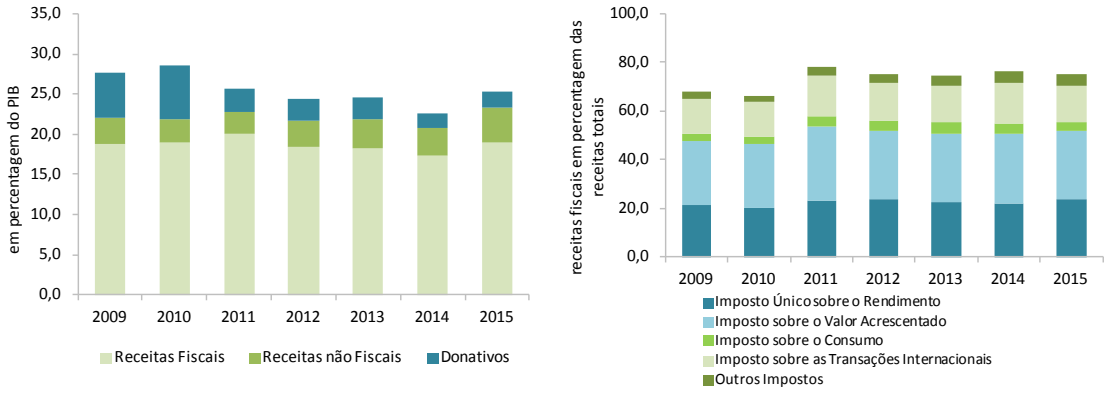
Receitas Públicas

As receitas do Estado aumentaram de 35.327 para 40.410 milhões de escudos em 2015, invertendo a tendência descendente observada em 2014, em função do aumento tanto das receitas fiscais como das receitas não fiscais.

As receitas fiscais fixaram-se em 30.253 milhões de escudos em 2015 (27.060 milhões em 2014), com o aumento do valor arrecadado do imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (na ordem dos 58 por cento, que compara a uma redução de 28 por cento em 2014) e do imposto sobre o valor acrescentado (em 11 por cento, após redução de três por cento no ano anterior), não obstante a desaceleração do ritmo de crescimento económico e redução das importações.

As receitas não fiscais cresceram 22,9 por cento em 2015, em função da integração no orçamento de receitas de organismos autónomos no quadro do processo de bancarização do Tesouro, do aumento em 336 por cento dos dividendos distribuídos ao Estado por uma empresa pública e do crescimento na ordem dos 30 por cento de donativos, em larga medida direcionados ao apoio dos desalojados de Chã das Caldeiras.

Figura 6. Evolução e Distribuição das Receitas Orçamentais



Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.

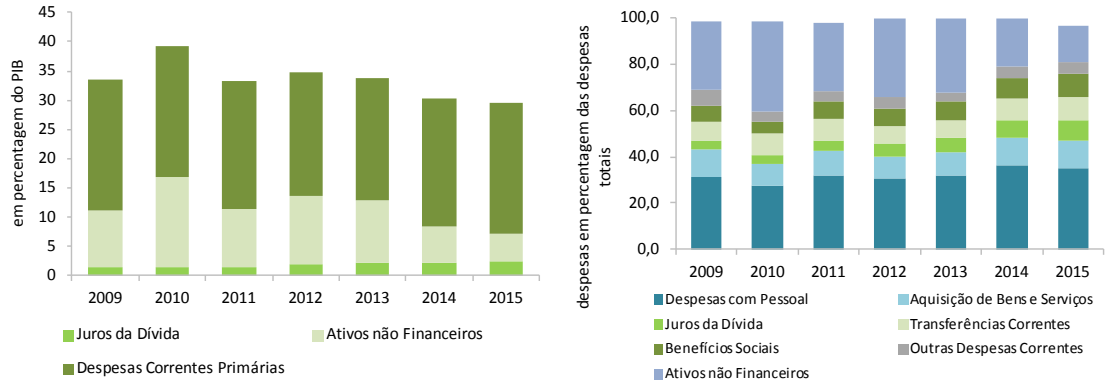
Despesas Públicas

As despesas orçamentais reduziram de 47.393 para 47.185 milhões de escudos em 2015, em função sobretudo da diminuição em 13 por cento das despesas de investimento.

Registe-se que as despesas de investimento, especialmente com a aquisição de ativos não financeiros, reduziram para além do previsto no OE 2015, devido a atrasos nos desembolsos por parte dos credores externos, na execução e nos processos de *procurement* de alguns projetos (que determinaram o arranque desses projetos apenas na segunda metade do ano).[9]

As despesas de funcionamento cresceram 5,5 por cento (abaixo do previsto no OE 2015, mas superior ao aumento de 3,8 por cento em 2014), tendo-se fixado em 33.964 milhões de escudos no final do ano. O crescimento mais acelerado das despesas correntes

Figura 7. Evolução e Distribuição das Despesas do Estado



Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.

[9] Destaque-se, em particular, os projetos relacionados: ao ordenamento e valorização das bacias hidrográficas de Alto Mira, Ribeira da Torre e Principal; ao sistema, produção e distribuição de água em Santiago; ao abastecimento de água às populações e ao saneamento; ao reforço da capacidade de diagnóstico e investigação em saúde, bem como à construção, ampliação e reabilitação de estruturas de saúde; à construção de escolas de ensino básico e secundário; etc.

foi determinado pelo aumento dos encargos com os juros da dívida (em cerca de 20 por cento), pelo aumento do número de beneficiários das pensões de aposentação e do regime não contributivo (que se traduziu num aumento dos benefícios sociais na ordem dos oito por cento) e pelo aumento das transferências do Estado para a Administração Pública (em quatro por cento).

Em particular, os encargos com os juros da dívida atingiram cerca de 12 por cento das despesas de funcionamento (11 por cento em 2014), num contexto de aumento mais acentuado dos juros pagos a credores internos (não obstante a redução das taxas de juro dos bilhetes e das obrigações do Tesouro, de 2,6 para 2,2 por cento e de 5,8 para 5,3 por cento, respetivamente) e de agravamento dos encargos com o serviço da dívida externa, em resultado da depreciação do escudo face ao dólar.

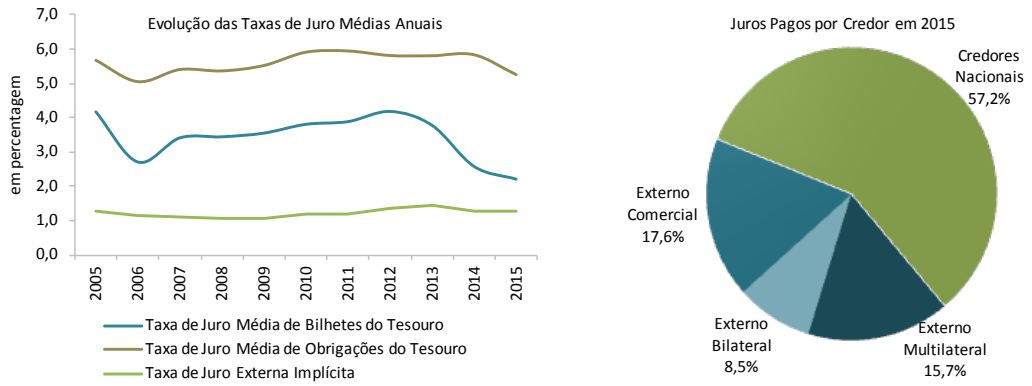
O contínuo aumento das despesas não discricionárias tem contribuído para uma maior rigidez da estrutura das despesas públicas. Refira-se que o aumento das despesas de funcionamento foi, contudo, atenuado pela redução das despesas com aquisições de bens e serviços (em 14 por cento) e das despesas com o pessoal (em cerca de três por cento).[10]

Financiamento

O crescimento do valor nominal da dívida em cerca de dez por cento, para financiar o défice público, foi determinado em larga medida pelo aumento dos empréstimos contratados junto a parceiros externos (em torno de dez por cento) e das emissões de obrigações junto a entidades nacionais não bancárias (em cerca de 21 por cento).[11]

A política de financiamento do Estado, centrada na estratégia de endividamento de médio prazo, continuou a privilegiar a contratação de dívida externa para financiar os investimentos públicos. A carteira da dívida do Estado manteve-se caracterizada por um nível de concessionalidade igual ou superior a 35 por cento, com períodos de carência e maturidade longos, e pela prevalência do euro como moeda de contratação.

Figura 8. Evolução dos Encargos com os Juros da Dívida do Governo Central

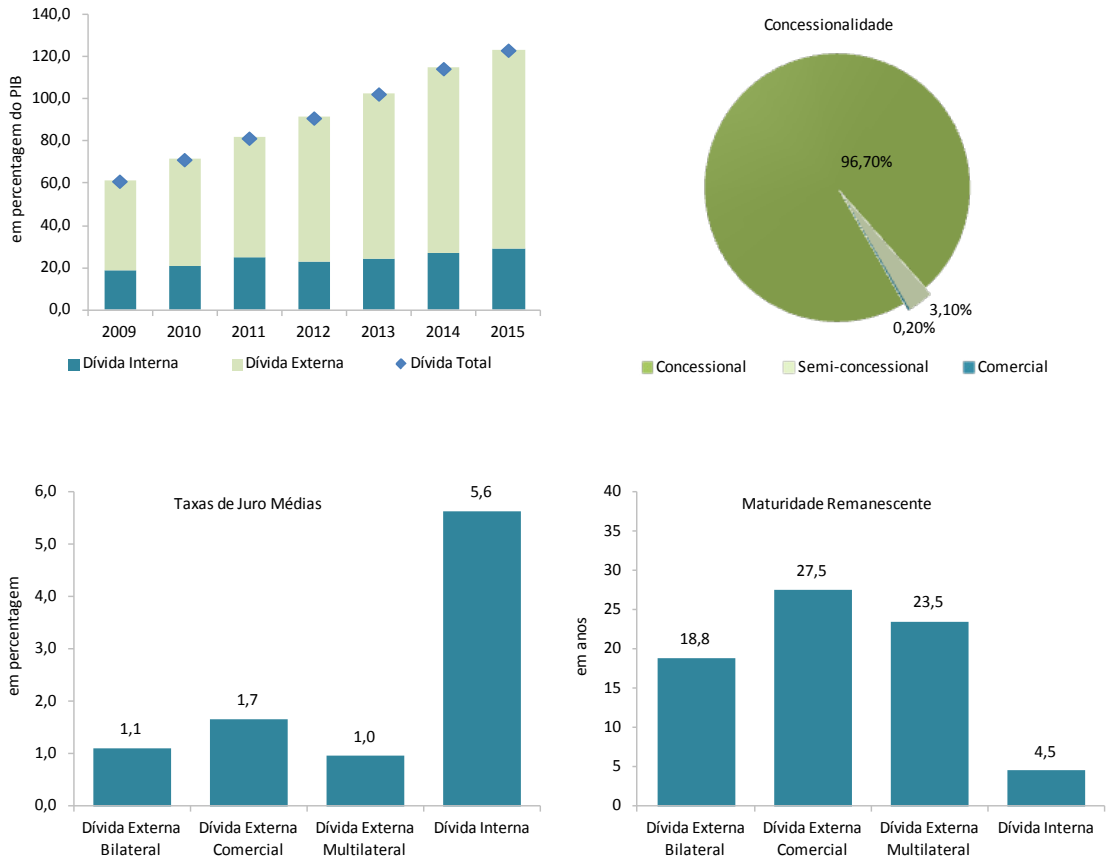


Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.

[10] Os dados provisórios apontam para um valor por regularizar de 1.440 milhões de escudos que, após a devida classificação, poderá alterar as variações provisórias das rubricas aqui apresentadas.

[11] A carteira da dívida do Estado permaneceu composta sobretudo por empréstimos concedidos por parceiros externos multilaterais e bilaterais (69 por cento do total), em condições muito concessionais.

Figura 9. Caracterização da Carteira da Dívida do Estado



Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.

O recurso ao financiamento interno continuou a ser efetuado para atender às necessidades de tesouraria e para financiar as contrapartidas nacionais do programa de investimento público. Em 2015, a preferência do Estado por financiamento interno de longo prazo, com o objetivo de reduzir o serviço da dívida de curto prazo, esteve alinhada com a preferência dos credores no mercado primário de títulos da dívida pública. Estes tiveram maior apetência para a rentabilidade das suas aplicações, através de taxas de juro mais elevadas proporcionadas pelas obrigações do Tesouro, em detrimento de um menor risco de maturidade.

Capítulo 3. Oferta e Procura

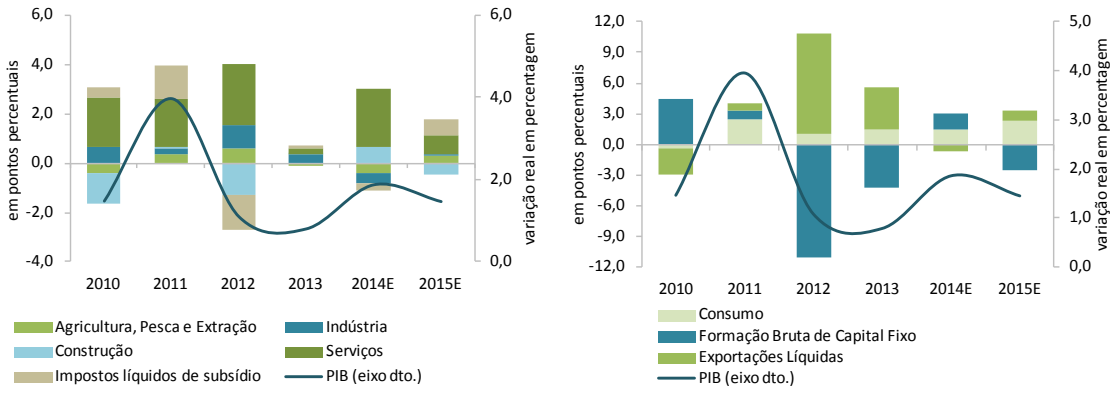
Num contexto de contínua recuperação económica, embora modesta, dos principais parceiros do país, de reforço do pendor acomodatício da política monetária e de contenção orçamental, o ritmo de crescimento da economia cabo-verdiana desacelerou.

De acordo com as estimativas das contas nacionais trimestrais do Instituto Nacional de Estatística (INE), o produto interno bruto cresceu 1,5 por cento em volume (1,9 por cento em 2014), determinado pela recuperação dos sectores de alojamento e restauração e da agricultura, aliada ao aumento da arrecadação de impostos pelo Estado. Por seu turno, a redução do valor acrescentado bruto dos ramos da construção, dos serviços de telecomunicações e correios e do comércio, bem como a desaceleração do ritmo de crescimento dos serviços da administração pública explicam o abrandamento da atividade económica.

Do lado da procura, o menor dinamismo da atividade económica terá sido determinado pela contração da formação bruta de capital fixo e das exportações, não obstante o crescimento das exportações de serviços de turismo.

Uma análise do desempenho dos diversos ramos permite atestar que o sector de alojamento e restauração foi o que evidenciou maior dinamismo em 2015, reflexo do aumento da procura, medida em termos de dormidas de residentes e não residentes, em 8,6 por cento, pese embora o crescimento do índice de preço turístico (em 3,7 por cento, em termos médios anuais, de acordo com o INE) e a redução da capacidade de alojamento (em 0,9 por cento). Com uma evolução contrária à de alojamento e restauração, o fraco desempenho do sector da construção refletiu a fraca dinâmica de execução de investimentos públicos, tanto pelo governo central como pelas empresas públicas, bem como a redução do investimento direto estrangeiro.

Figura 10. Evolução do Produto Interno Bruto, a Preços do Ano Anterior pelas Óticas da Oferta e Procura



Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Cálculos do Banco de Cabo Verde.
Nota: E-Estimativas do Instituto Nacional de Estatística.

A Atividade Turística em 2015

A atividade turística nacional teve uma *performance* favorável em 2015, tendo a procura turística internacional, medida em termos de entrada de hóspedes não residentes nos estabelecimentos hoteleiros, crescido 5,3 por cento (menos cinco por cento em 2014), o que se traduziu numa recuperação das receitas brutas do turismo para 3,3 por cento (-3,6 por cento em 2014), não obstante o contexto de aumento dos preços turísticos (3,7 por cento, em termos médios anuais).

A procura turística nacional aumentou num contexto de redução da procura para a região subsariana (menos um por cento), tendo sido superior à dinâmica registada a nível mundial. Segundo a Organização Mundial do Turismo, em termos globais, a atividade turística cresceu 4,4 por cento em 2015, determinado sobretudo pelo aumento do rendimento disponível dos turistas, favorecido pela queda do preço internacional do petróleo e pelas flutuações cambiais registadas ao longo do ano.

Por sua vez, em termos regionais, as informações disponíveis apontam para um decréscimo da procura turística em três por cento no continente africano, em larga medida devido à diminuição da procura dirigida aos países do Norte de África (menos oito por cento).

O desempenho do turismo nacional traduziu o aumento da procura dos principais mercados, nomeadamente do Reino Unido (em 36,8 por cento), dos Países Baixos (em 19 por cento) e da Alemanha (em 12,6 por cento), numa conjuntura de controlo da propagação do vírus Ébola na sub-região oeste africana, de recuperação económica na Europa, de aumento do rendimento disponível dos turistas, bem como de aumento de atos de terrorismo e instabilidades políticas e sociais em mercados concorrentes de Cabo Verde, para além da dissipação do efeito de desvio da procura turística para o Brasil (para assistir à copa do mundo de futebol).

Principais Indicadores do Turismo

	2013	2014	2015
Entrada de Turistas Internacionais nos Estabelecimentos Hoteleiros	502.874	493.732	519.722
Número de Dormidas de Turistas Internacionais	3.279.928	3.284.271	3.314.731
Receitas Brutas do Turismo Internacional (milhões de escudos)	33.325	32.121	33.182
Receitas Brutas do Turismo Internacional *per capita* por dia (em escudos) (*)	11.232	10.665	10.134
Número de Camas Disponíveis	15.995	18.188	18.055
Taxa de Ocupação	56%	53%	49%
Duração da Estadia (n.º de noites)	5,9	6,1	6,3

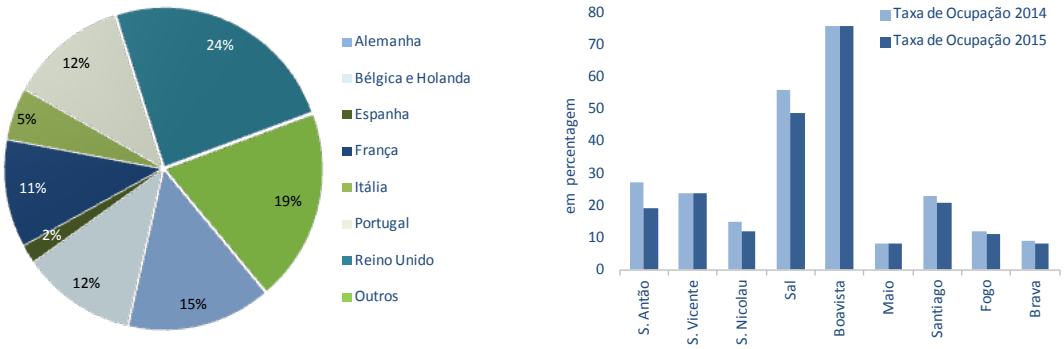
Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Banco de Cabo Verde. Cálculos do Banco de Cabo Verde.
Notas: (*) Não inclui excursionistas.

As ilhas do Sal e da Boavista foram as que mais turistas atraíram, com uma taxa de ocupação de camas de 49 e 76 por cento, respetivamente.

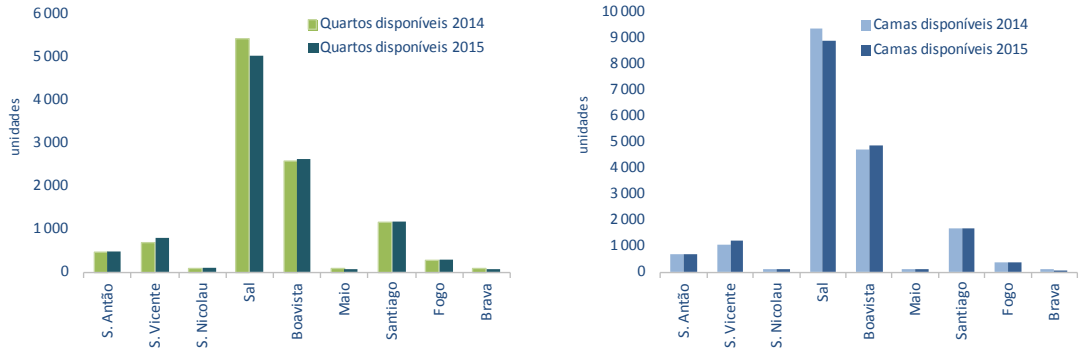
Note-se contudo que, apesar do aumento do número de turistas e das receitas de turismo, o gasto médio diário por turista manteve a tendência decrescente, registando uma queda na ordem dos cinco por cento em 2015.

Relativamente à oferta turística nacional, o número de estabelecimentos hoteleiros, em termos líquidos, diminuiu 1,3 por cento, traduzindo-se numa redução da capacidade de alojamento de 0,9 por cento (após um aumento de 19,3 por cento em 2014). Refira-se, contudo, que a capacidade de alojamento terá aumentado no primeiro semestre do ano, com a entrada em funcionamento do maior resort turístico no último trimestre de 2014, o que terá contribuído para a redução da taxa anual de ocupação de camas para 49 por cento, a menor taxa desde 2010.

Procura Turística por Origem e Destino



Oferta Turística por Ilhas



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

O posicionamento competitivo de Cabo Verde no turismo mundial melhorou, mas a nível da África Subsaariana piorou. De acordo com o Travel & Tourism Competitiviness Report 2015, do World Economic Forum, Cabo Verde, enquanto destino turístico, ocupou o octogésimo sexto lugar em 141 países, (87 em 140 países em 2013). Por sua vez, não obstante ter ocupado o primeiro lugar entre os países do centro e ocidente africano, Cabo Verde perdeu duas posições no *ranking* da África Subsaariana entre 2013 e 2015 (conquista--das por Namíbia e Quénia) e piorou a sua posição face aos maiores concorrentes da região (África do Sul, Seychelles e Maurícias).

Uma análise mais detalhada do desempenho do turismo nacional mostra que, entre os sub-índices, o país ocupa melhor posição na disponibilidade de infraestruturas, nomeadamente no que diz respeito à oferta de quartos por habitantes, densidade populacional aeroportuária e à dinâmica de voos por habitantes.

O segundo sub-índice no qual o país melhor se posicionou é o de políticas para o sector de viagens e turismo, para a qual contribuíram positivamente os investimentos realizados pelo Estado, nomeadamente a criação da Agência de Turismo e Investimento de Cabo Verde e da Autoridade Turística Central (respetiva--mente, para promover e regular/fiscalizar o sector), a implementação do Balcão Único de Investimento, a criação de instrumentos fundamentais para a avaliação do sector (Contas Satélites do Turismo e os Índices de Preços Turísticos), bem como a facilitação de vistos de entrada no país e a competitividade das taxas aeroportuárias em vigor.

Para a posição do sub-índice ambiente de negócios favorável contribuíram em larga medida o ambiente de negócios do país no sector do turismo, a facilidade de entrada de pessoas estrangeiras no mercado de trabalho, a inexistência de atividades terroristas no país e a baixa incidência da malária e do vírus VIH.

Por último, o país ficou pior considerado no sub-índice dos recursos naturais e culturais (ocupou a posição 139 em 141 países), refletindo o baixo número de espécies (fauna) conhecidas no país, a baixa per-centagem de áreas protegidas, a fraca dinâmica de realização de reuniões de negócio internacionais no país, a baixa procura de serviços de turismo cultural/entretenimento digital, entre outros fatores.

***Travel & Tourism Competitiviness Index* 2015 – Cabo Verde**

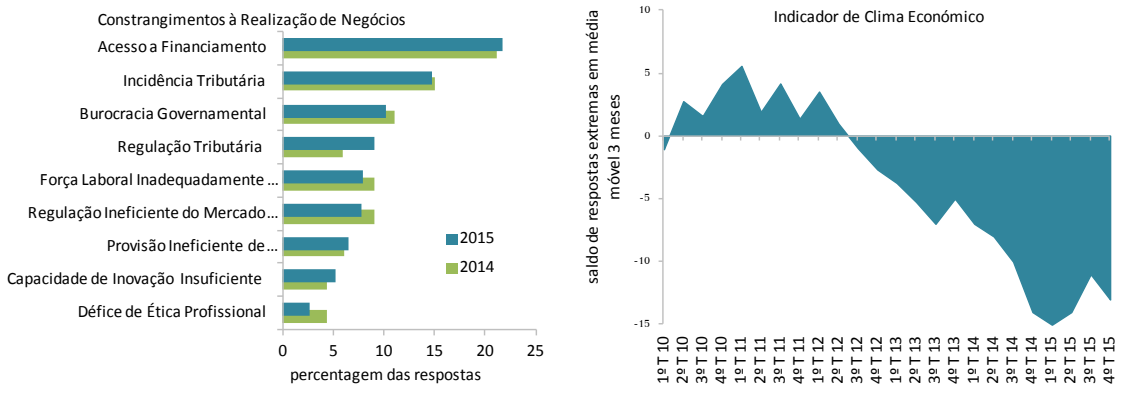
	Rank (1-141)	Classificação (1-7)
Índice de Competitividade de Viagens e Turismo	86	3,46
I. Ambiente Adequado	**82**	**4,43**
1. Ambiente de negócios	72	4,42
2. Segurança	81	5,18
3. Saúde e higiene	96	4,64
4. Recursos humanos e mercado de trabalho	82	4,39
5. Capacidade de adaptação às TIC	90	3,52
II. Políticas de Viagens e Turismo	**76**	**4,11**
6. Prioridade atribuída ao sector de Turismo e Viagens	72	4,52
7. Abertura internacional	68	3,13
8. Competitividade de preços	85	4,48
9. Sustentabilidade ambiental	49	4,32
III. Infraestrutura	**55**	**3,87**
10. Infraestrutura de transporte aéreo	43	3,63
11. Infraestrutura de transporte terrestre e portuária	70	3,42
12. Infraestrutura turística	60	4,56
IV. Recursos culturais e naturais	**139**	**1,44**
13. Recursos naturais	138	1,83
14. Recursos culturais e viagens de negócios	137	1,05

Fonte: World Economic Forum.

Na ótica da despesa, a procura interna evidenciou um desempenho menos favorável em 2015, refletindo a redução do investimento do governo central, em linha com a estratégia de *phasing-out* do programa plurianual de investimento público, bem como a diminuição dos investimentos direto estrangeiro e das empresas públicas, em larga medida consequência do efeito de base de avultados investimentos realizados no ano anterior nos sectores do turismo e de transportes marítimos e devido a constrangimentos administrativos e financeiros ligados ao projeto de habitação social.

No que concerne ao sector privado doméstico, as suas condições de financiamento tornaram-se em geral menos restritivas, ainda que com crescente diferenciação no perfil de risco das empresas, favorecendo o seu investimento. Adicionalmente, os constrangimentos à realização de negócios no país e as expetativas dos operadores económicos, de

Figura 11. Condicionamentos ao Ambiente de Negócios e Indicador de Clima Económico em Cabo Verde



Fonte: Banco Mundial, Corporação Financeira Internacional e Instituto Nacional de Estatística.

acordo, respetivamente, com o Banco Mundial e o INE, registaram, em termos anuais, uma tendência de melhoria ligeira.

De acordo com o INE, o clima económico manteve-se deteriorado ao longo de 2015, em larga medida devido a constrangimentos à atividade económica, relacionados com excesso de burocracia e regulamentação, dificuldades financeiras e na obtenção de crédito, bem como à fraca dinâmica da procura, sobretudo nos primeiros dois trimestres do ano.

Ao contrário da formação bruta de capital fixo, estima-se que o consumo privado tenha acelerado relativamente a 2014, induzido por algum crescimento do rendimento disponível das famílias, não obstante o aumento dos impostos, em função da redução do desemprego, do aumento das remessas dos emigrantes e das transferências do Estado para as famílias, num contexto de aumento muito contido dos preços no consumidor. Entretanto, a manutenção de um sentimento negativo quanto à evolução da situação económica e financeira do país terá favorecido alguma poupança precaucional e inibido, consequentemente, uma maior propensão ao consumo.

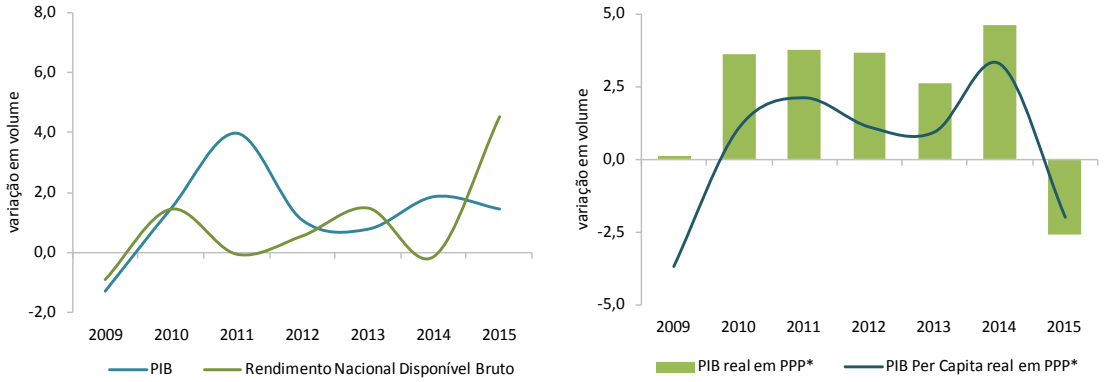
Dado o arrefecimento da procura interna, a *performance* da procura externa líquida, reflexo da redução das importações de bens e serviços, foi determinante para o crescimento económico registado em 2015.

A diminuição das importações traduziu a contração dos investimentos na economia (em linha com a redução das quantidades importadas de bens de capital), a menor dinâmica da produção nacional de bens (patente na diminuição das importações de bens de consumo intermediários), bem como a redução das importações de serviços.

O crescimento do rendimento nacional disponível bruto superou em cerca de dois pontos percentuais o crescimento do PIB, reflexo do aumento significativo das transferências externas (oficiais e remessas de emigrantes) e da redução dos rendimentos pagos ao exterior (dissipado o efeito do aumento extraordinário de dividendos expatriados em 2014 e refletindo a redução dos juros pagos ao exterior por outros sectores).

A apreciação do dólar em 2015 determinou a redução do PIB per capita real, medido em termos de paridade de poder de compra, que registou um decréscimo em torno de dois por cento para 6.387 USD.

Figura 12. Evolução do Rendimento Nacional Disponível Bruto e do PIB *per capita*



Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Banco de Cabo Verde.
Nota: (*) PPP-*Purshasing Power Parity* (Paridade de Poder de Compra).

Caixa 1. Contas dos Sectores Institucionais 2007-2012

De acordo com a nomenclatura dos sectores institucionais, adotada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) no quadro do Sistema de Contas Nacionais de 1993, a economia nacional é composta pelas sociedades não financeiras, sociedades financeiras, administração pública, famílias e instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias.

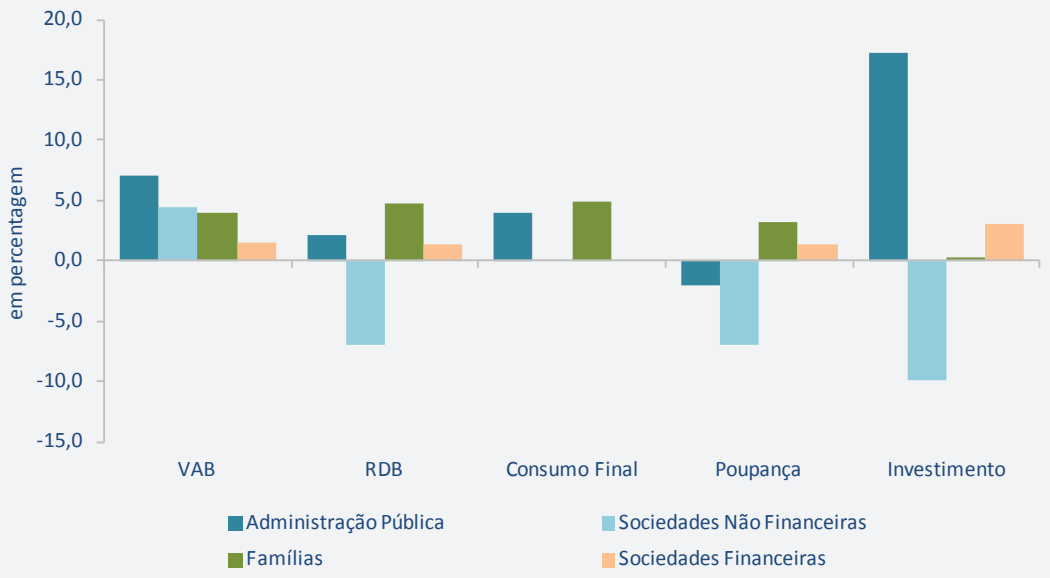
No período 2007-2012, segundo os dados publicados pelo INE, as sociedades não financeiras e as famí-lias representaram em média cerca de 70 por cento do produto interno bruto nominal, destacando-se como os sectores institucionais mais produtivos (cerca de 84 por cento da produção bruta nacional).

O rendimento nacional disponível bruto nominal nesse período foi constituído na sua maioria pelos rendimentos das famílias e da administração pública (em torno de 86 por cento), tendo sido contudo destinado sobretudo ao consumo final.

O sector institucional que em média mais poupou foram as famílias, canalizando, a par das sociedades financeiras, parte da sua poupança para os sectores que mais investiram nesse período (as sociedades não financeiras e a administração pública).

A poupança interna, contudo, não foi suficiente para compensar o défice de financiamento das socieda-des não financeiras e da administração pública, que suportaram parte do nível de investimento realizado com recursos externos (cerca de 22 por cento do total investido, em média).

Taxa Média de Crescimento Anual dos Principais Indicadores por Sector Institucional (2007-2012)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.Nota: VAB – Valor Acrescentado Bruto; RDB – Rendimento Disponível Bruto.

Entre 2007 e 2012, o sector institucional que evidenciou maior dinamismo económico foi a administração pública, com uma taxa média de crescimento anual do valor acrescentado bruto de 7,1 por cento, determinado pelo ritmo acelerado dos investimentos realizados no período (17,2 por cento, o mais elevado entre os sectores). Refira-se que este sector realizou despesas de consumo final a um ritmo inferior ao da geração de riqueza para o país (quatro por cento).

As sociedades não financeiras foram o único sector institucional cujo rendimento disponível bruto apresentou uma tendência decrescente, com uma taxa média de crescimento anual negativa de sete por cento, o que repercutiu-se no nível de investimento realizado no período. Efetivamente, as maiores responsabilidades financeiras e fiscais deste sector institucional reduziram gradualmente a sua poupança, constrangendo a dinâmica dos seus investimentos, que registou o pior

desempenho entre os sectores (-9,9 por cento, em termos de taxa média de crescimento anual). Não obstante, este sector foi o segundo mais dinâmico na geração de valor acrescentado bruto para a economia nacional, tendo crescido a uma taxa média anual de 4,5 por cento.

O rendimento disponível bruto das famílias cresceu ao ritmo mais acelerado, com uma taxa média de crescimento anual de 4,7 por cento. As despesas de consumo final cresceram, contudo, a uma taxa superior, inibindo um maior ritmo de constituição de poupança para suportar os investimentos de outros sectores. Saliente-se, ainda, que as famílias foram o segundo sector que apresentou a menor dinâmica de investimentos no período.

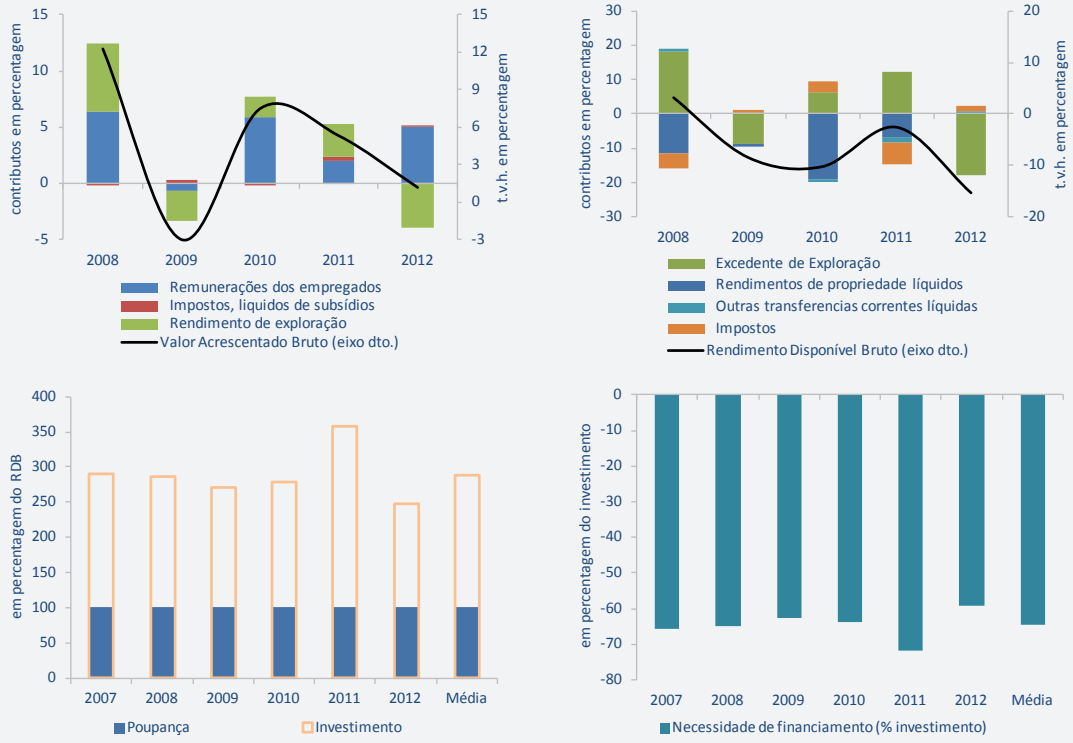
Refira-se que as sociedades financeiras são o sector institucional menos representativo da economia nacional e evidenciaram um fraco dinamismo na geração de riqueza para o país, tendo o seu valor acrescentado bruto crescido a uma taxa média anual de 1,6 por cento, constrangido pela redução dos seus rendimentos de exploração no período.

As Sociedades Não Financeiras

O valor acrescentado bruto (VAB) das sociedades não financeiras cresceu, em termos médios, 4,5 por cento no período 2007-2012. Em termos da repartição do VAB pelos factores produtivos, a componente mais dinâmica foi remunerações dos empregados, não obstante os rendimentos de exploração constituírem em média mais de 50 por cento da estrutura do seu VAB.

O rendimento disponível bruto (RDB) reduziu ao longo do período, em sete por cento em termos médios anuais, em resultado essencialmente do aumento de rendimentos de propriedade devidos a outros sectores (nomeadamente, juros e dividendos), que superaram os proveitos recebidos, num contexto de crescimento das responsabilidades fiscais (a uma taxa média de crescimento anual de 4,2 por cento). Refira-se que os rendimentos de propriedade, em termos líquidos, reduziram a uma taxa média anual de 14,6 por cento, que compara ao crescimento dos excedentes de exploração em 1,3 por cento, em termos médios anuais.

Principais Indicadores do Sector das Sociedades Não Financeiras



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

O rendimento disponível bruto das sociedades não financeiras foi integralmente destinado à realização de investimentos, cuja necessidade de financiamento superou a poupança gerada pelo sector. Efetivamente, os investimentos do sector foram em média 2,9 vezes superiores à poupança, originando uma necessidade de financiamento para suportar, em média, cerca de 65 por cento do nível de investimento realizado.

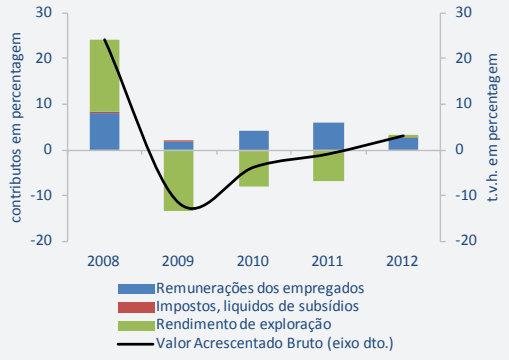
As Sociedades Financeiras

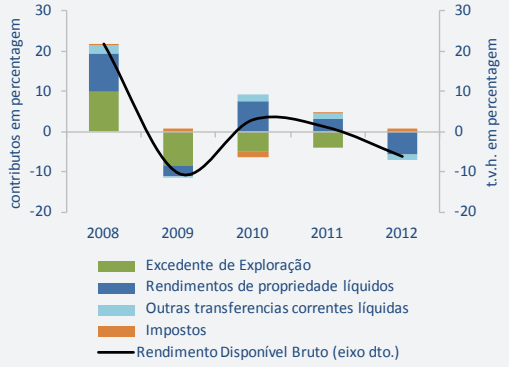
O valor acrescentado bruto das sociedades financeiras cresceu, em termos médios anuais, 1,6 por cento no período 2007-2012. A produção gerada destinou-se sobretudo às remunerações dos empregados, que representaram em média cerca de 52 por cento da estrutura do seu VAB. Os rendimentos de exploração do sector, por sua vez, reduziram em média 6,5 por cento por ano nesse período.

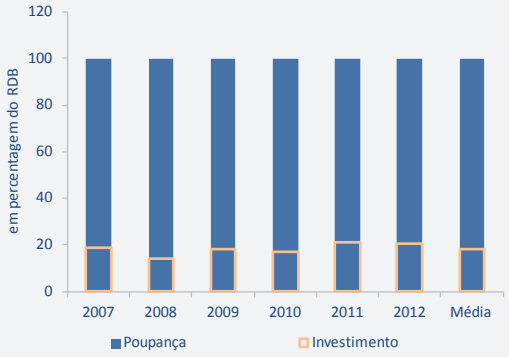
O rendimento disponível bruto, o mais baixo entre os sectores institucionais, aumentou 1,3 por cento em termos médios anuais, determinado pelo aumento dos rendimentos de propriedade (em particular, dos juros recebidos) e das transferências correntes líquidas, que mais que compensaram a redução dos excedentes de exploração. Refira-se que os rendimentos de propriedade representaram em média cerca de 61 por cento da estrutura do seu rendimento disponível bruto, mais que o dobro dos seus excedentes de exploração.

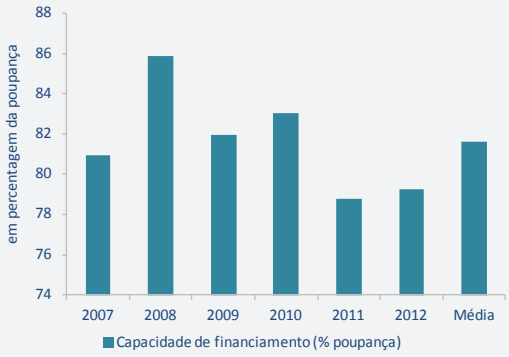
O rendimento disponível bruto das sociedades financeiras foi parcialmente destinado à realização de investimentos (que registou o nível mais baixo entre os sectores institucionais), gerando uma capacidade de financiamento de outros sectores que atingiu, em média, cerca de 82 por cento da poupança do sector realizada no período.

Principais Indicadores do Sector das Sociedades Financeiras









Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

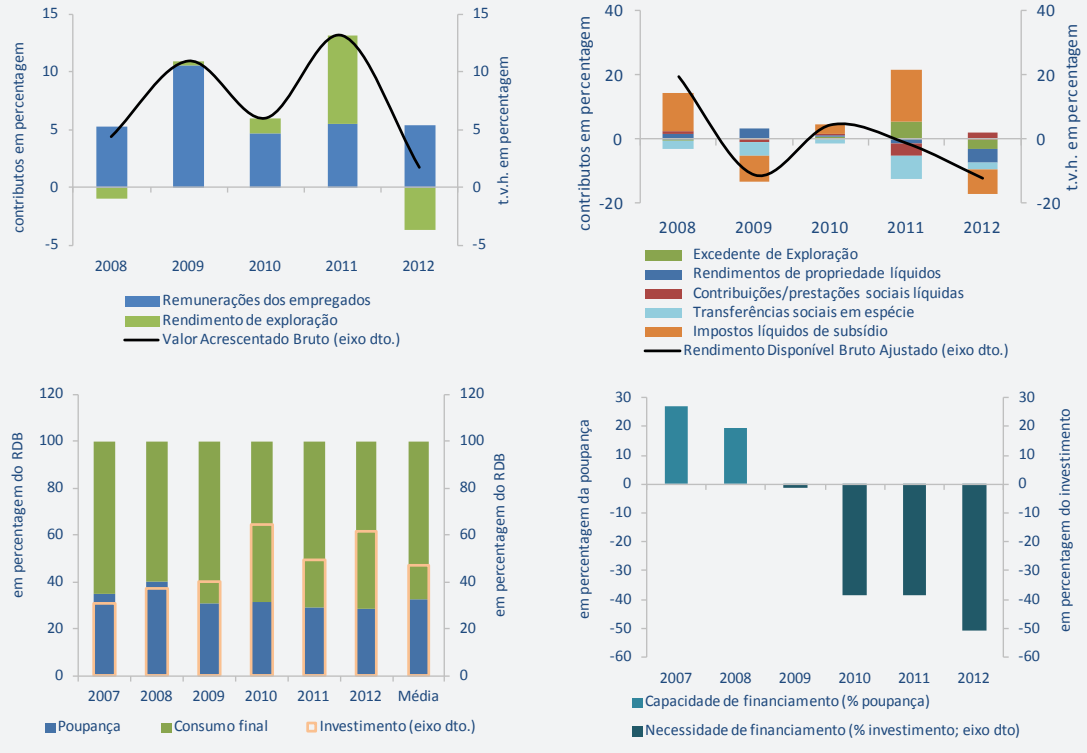
A Administração Pública

O valor acrescentado bruto da administração pública cresceu, em termos médios, 7,1 por cento no período 2007-2012, determinando em larga medida o crescimento das remunerações dos empregados, que representaram em média cerca de 86 por cento da estrutura do seu VAB. Os rendimentos de exploração do sector cresceram a uma taxa média anual de 6,7 por cento, contribuindo em menor medida para o crescimento do VAB.

O rendimento disponível bruto aumentou em média 2,1 por cento anualmente, impulsionado pelo crescimento dos impostos líquidos e pela redução dos subsídios atribuídos aos produtos e à produção. Refira-se, contudo, que o rendimento disponível bruto ajustado evidenciou uma tendência decrescente no período, registando uma taxa média de crescimento anual negativa de 0,8 por cento, em função do aumento das transferências sociais em espécie realizadas pela administração pública a favor das famílias.

O rendimento disponível bruto da administração pública foi maioritariamente destinado ao consumo final (cerca de 68 por cento do RDB, em média). A poupança gerada pelo sector (cerca de 32 por cento do RDB) não foi suficiente para suportar o nível de investimentos realizados a partir de 2009, ano em que se iniciou a política de investimento contracíclica da administração central para reverter a fraca dinâmica da economia nacional. Entre 2009 e 2012, os investimentos foram em média 1,8 vezes superiores à poupança gerada pelo sector, originando uma necessidade de financiamento para suportar cerca de 32 por cento do nível de investimento realizado.

Principais Indicadores do Sector da Administração Pública



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

As Famílias

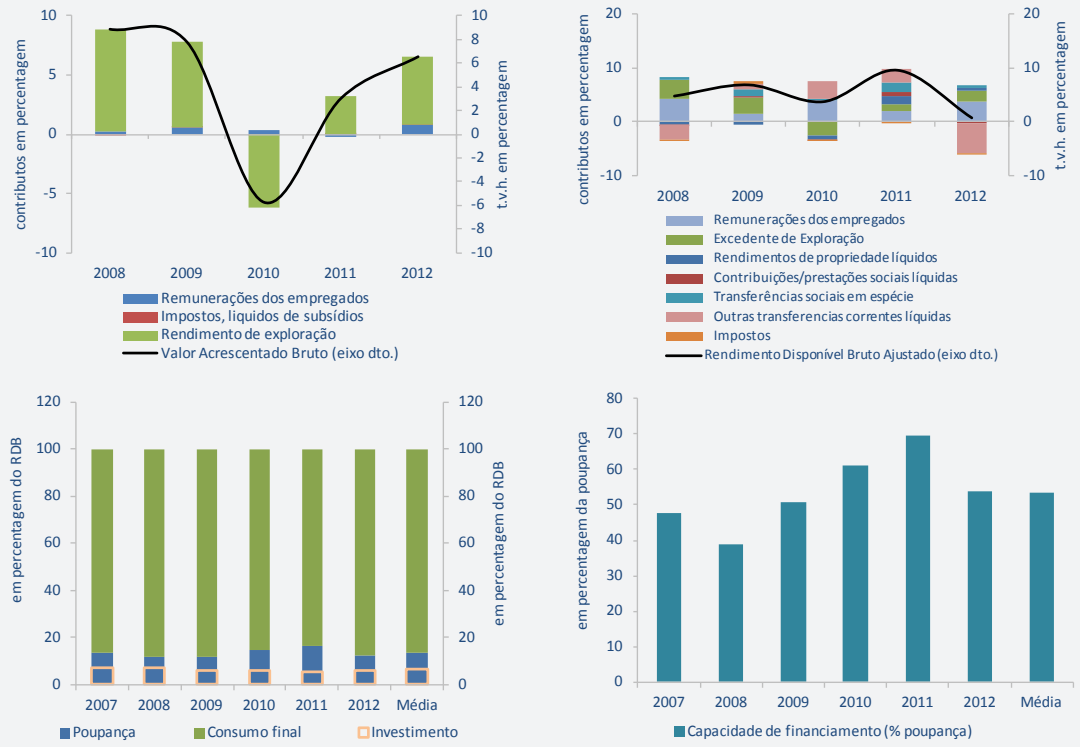
O valor acrescentado bruto (VAB) das famílias cresceu, em termos médios, 3,9 por cento no período 2007-2012, determinando o crescimento dos rendimentos de exploração em 3,7 por cento por ano, em média. Note-se, em particular, que a recessão económica de 2009 terá impactado negativamente a atividade das famílias no período seguinte (2010), registando um

decréscimo do seu valor acrescentado bruto em 5,7 por cento, em termos homólogos.

Na ótica do rendimento, o produto interno bruto das familias aumentou em função do crescimento das remunerações dos empregados e dos excedentes de exploração. Os rendimentos de propriedade líquidos das famílias foram negativos no período, refletindo a predominância e o aumento das obrigações com os juros devidos (em linha com o maior nível de endividamento das famílias), mas evidenciaram alguma tendência de recuperação, impulsionada em larga medida pelo crescimento acentuado dos proveitos de dividendos distribuídos pelas sociedades. Refira-se, ainda, que o aumento das transferências sociais em espécie pelo Estado reforçou o rendimento disponível bruto das famílias, que em termos ajustados cresceu a uma taxa média anual de 5,1 por cento.

O rendimento disponível bruto das famílias foi em larga medida destinado às despesas de consumo final, que absorveram em média cerca de 87 por cento do total. As famílias investiram em média cerca de 49 por cento da sua poupança, gerando uma capacidade de financiamento para outros sectores superior a 50 por cento. Esta disponibilidade de recursos representou cerca de 55 por cento da capacidade de financiamento interna do país, entre 2009 e 2012.

Principais Indicadores do Sector das Famílias



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Capítulo 4. Mercado de Trabalho

As condições do mercado de trabalho cabo-verdiano melhoraram em 2015, segundo os resultados do inquérito ao emprego realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Quadro 4. Principais Indicadores do Mercado de Trabalho

	2013	2014	2015	Variação 2015/2014
Mercado de trabalho				
População Ativa	221.874	217.158	222.085	4.927
Empregada	185.486	182.831	194.485	11.654
Desempregada	36.388	34.327	27.599	-6.728
População em Idade Ativa	368.928	374.749	380.995	6.246
Taxa de Atividade (%)	60,1	57,9	58,3	0,34 p.p.
Taxa de Ocupação (%)	50,3	48,8	51,0	2,2 p.p.
Taxa de Desemprego (%)	16,4	15,8	12,4	-3,4 p.p.
População ocupada				
Por Meio				
Urbano	67,6	72,8	53,4	-19,4 p.p.
Rural	32,4	27,2	46,2	19,0 p.p.
Por Sexo				
Homens	45,8	54,3	53,5	-0,8 p.p.
Mulheres	54,2	45,7	46,5	0,8 p.p.
Por Faixa Etária				
15 24 anos	24,4	22,9	24,5	1,6 p.p.
15 34 anos	42,3	41,4	43,7	2,3 p.p.
35 64 anos	69,4	67,0	68,9	1,9 p.p.
65+	15,5	10,8	12,6	1,8 p.p.
Por Sector de Atividade				
Primário	23,0	16,7	19,8	3,1 p.p.
Secundário	16,6	17,8	17,6	-0,2 p.p.
Terciário	60,4	65,5	62,6	-2,9 p.p.
Por Nível de Instrução				
Sem qualificação	6,8	5,1	5,7	0,6 p.p.
Alfabetização	2,0	2,1	2,2	0,1 p.p.
Ensino Básico	43,4	40,8	42,8	2,0 p.p.
Ensino Secundário	34,1	36,4	35,7	-0,7 p.p.
Curso Médio	2,7	1,7	1,5	-0,2 p.p.
Curso Superior	11,0	13,9	12,1	-1,8 p.p.

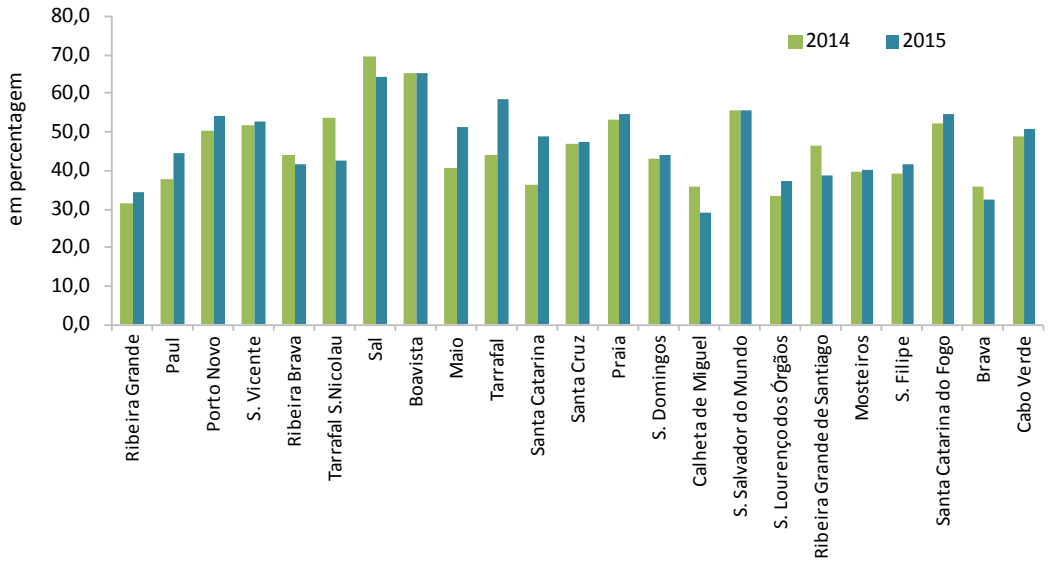
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Nota: p.p. – pontos percentuais.

A taxa de atividade da população cabo-verdiana aumentou 0,3 pontos percentuais para 58,3 por cento da população em idade ativa, traduzindo o aumento da população empregada na ordem dos seis por cento (mais 11.654 postos de trabalho), enquanto a taxa de inatividade aumentou 0,8 por cento (que compara a crescimentos de 7,2 e 8,9 por cento registados, respetivamente, em 2014 e 2013).[12]

[12] O aumento da taxa de inatividade em 2015 está em boa medida associado ao desencorajamento da população desempregada e ao crescimento do número de estudantes, de acordo com os resultados do inquérito ao emprego.

Figura 13. Evolução da Taxa de Ocupação por Concelhos



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

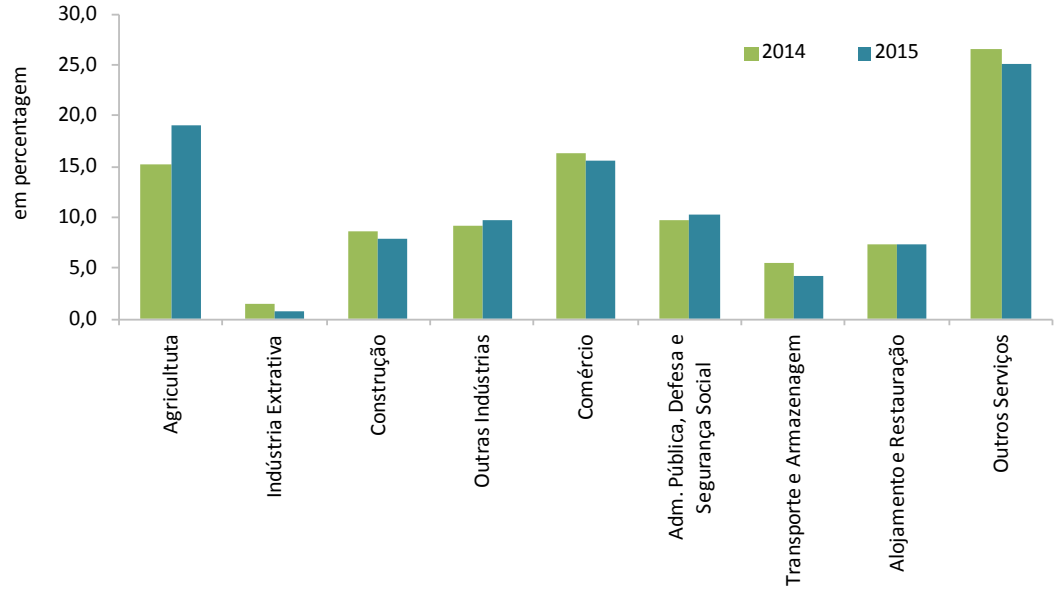
De acordo com os dados do INE, a melhoria das condições no mercado de trabalho refletiu essencialmente o aumento da oferta de trabalho na agricultura, em função da pluviosidade registada na época das chuvas.[13]

Com efeito, a taxa de ocupação da população em idade ativa aumentou 2,2 pontos percentuais para 51 por cento, determinada pelo aumento da população empregada, com baixo nível de instrução (com qualificação máxima de ensino primário), no meio rural, sobretudo em concelhos com forte vocação agrícola.

Atendendo à redução da representatividade dos sectores da construção, do transporte e armazenagem e das indústrias extrativas no total de empregos, infere-se que a agricultura terá absorvido parte da sua mão-de-obra.

[13] Refira-se que a recolha de dados do inquérito ao emprego de 2015 decorreu entre os meses de outubro e dezembro de 2015.

Figura 14. Evolução da Taxa de Ocupação por Ramos de Atividade



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Note-se, entretanto, que o aumento do emprego fez-se acompanhar do crescimento da taxa de subemprego (de 25,8 para 26,5 por cento) e da redução da cobertura da população ocupada pelo sistema nacional de segurança social (de 40,5 para 35,9 por cento), sugerindo alguma precariedade dos postos de trabalho criados em 2015.

O número de pessoas desempregadas, mas que ativamente procuraram emprego nas quatro semanas que precederam o inquérito, reduziu 19,6 por cento (menos 6.728 indivíduos), tendo a queda do desemprego sido mais acentuada entre as mulheres jovens (com idade até 34 anos).

Quadro 5. Perfil dos Desempregados

	2013	2014	2015	Variação 2015/2014
	em percentagem			
Distribuição por sexo				
Masculino	56,4	56,5	58,7	2,2 p.p.
Feminino	43,6	43,5	41,3	-2,2 p.p.
Idade média (anos)	29,1	29,6	29,7	0,1 anos
Distribuição por categoria de desempregado (*)				
Procura de primeiro emprego	23,8	23,4	22,8	-0,6 p.p.
Já trabalhou	76,2	76,6	77,2	0,6 p.p.
Duração média no desemprego (meses)	16,9	16,8	-	
Nível de instrução				
Sem nível	7,2	8,3	6,3	-2,0 p.p.
Primário	13,9	13,5	10,3	-3,3 p.p.
Secundário	21,3	20,6	16,3	-4,3 p.p.
Pós- Secundário	15,6	12,0	11,2	-0,8 p.p.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Notas: p.p. – pontos percentuais; (*) Os dados referentes ao ano 2013 foram corrigidos pelo Instituto Nacional de Estatística, pelo que o peso dos jovens à procura do primeiro emprego representou 23,7 por cento e não 76,2 por cento, como referido no Relatório Anual de 2013.

Os postos de trabalho criados no meio rural absorveram parte considerável da população desocupada no meio urbano, contribuindo para a queda da taxa de desemprego no meio urbano na ordem dos 2,8 pontos percentuais.

Não obstante a redução em 2015, o desemprego continua a atingir uma importante franja da população ativa (27.599 indivíduos), sobretudo homens (58,7 por cento do total) e jovens (idade média dos desempregados é de 29,7 anos). Note-se ainda que a maioria dos desempregados já trabalhou (77,2 por cento do total) e está habilitada com o primeiro ciclo do ensino secundário (em termos médios, possuem 8,5 anos de escolaridade).

O contínuo aumento da idade média dos desempregados e da proporção dos desempregados que já trabalharam sugere a prevalência de desemprego de longa duração com custos, a nível individual, na empregabilidade da pessoa no desemprego e, a nível social, no potencial de crescimento do país.

Caixa 2: A Economia Informal em Cabo Verde

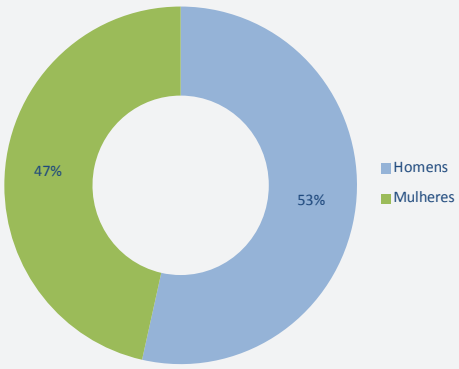
A economia informal pode ser definida como o conjunto de atividades económicas de trabalhadores e unidades económicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais.

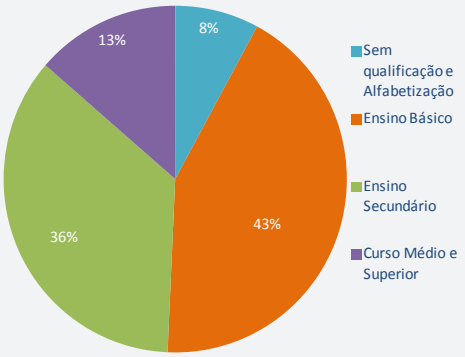
Em termos mais específicos, o Instituto Nacional de Estatística (INE) define o sector informal da economia cabo-verdiana, no âmbito do inquérito realizado em 2015 e com o intuito de o caracterizar, como sendo o conjunto de unidades de produção que não dispõe de um número de contribuinte e/ou de uma contabilidade organizada.

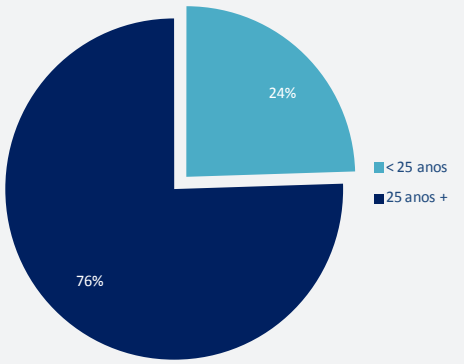
A economia informal tem uma dimensão importante em Cabo Verde.

De acordo com os resultados do inquérito realizado pelo INE, entre finais de junho e primeira quinzena de setembro de 2015, o valor acrescentado bruto das atividades informais, excluindo o sector agrícola, ascende a 12 por cento do PIB do país.

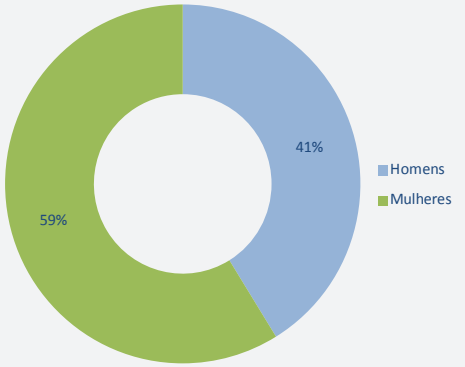
Características da População Cabo-Verdiana Empregada em 2015

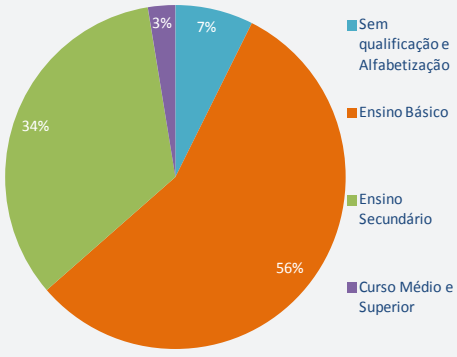


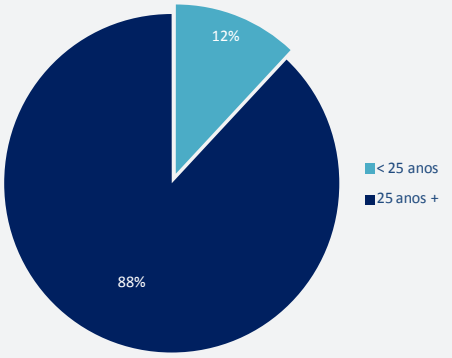




Características dos Efetivos da Economia Informal Cabo-Verdiana 2015







Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Cálculos do Banco de Cabo Verde.

A economia informal emprega perto de 40.000 pessoas (10,5 por cento da população em idade ativa), dos quais 85 por cento de forma permanente.

As atividades informais (excluindo as do sector agrícola) são exercidas predominantemente no meio urbano, por mulheres, com idade média em torno dos 40 anos e com nível de instrução correspondente ao ensino obrigatório (seis anos).

Comparativamente a inícios de 2010, o número de unidades de produção informais (UPI) não agrícolas de Cabo Verde registou um crescimento na ordem dos 38 por cento, que se traduziu num aumento do seu número de efetivos em 27,5 por cento.[14]

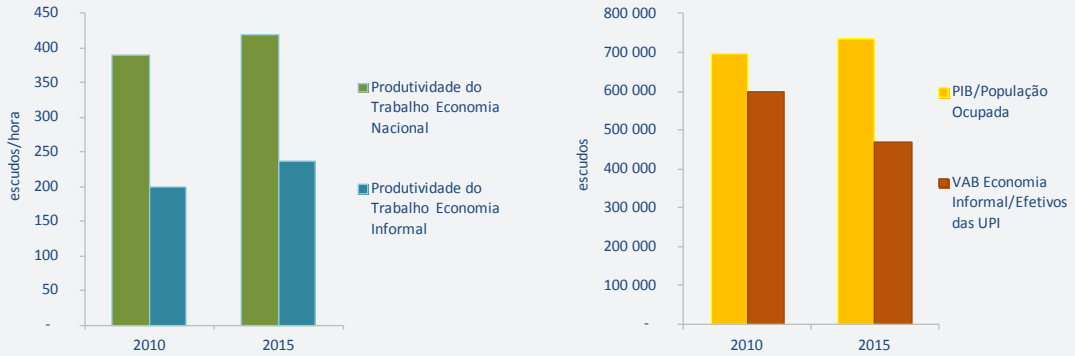
O crescimento mais célere da economia informal, comparativamente ao da população em idade ativa (13,5 por cento entre 2010 e 2015), sugere que condições macroeconómicas menos favoráveis (que resultaram no crescimento da população no desemprego em cerca de 30 por cento entre 2010 e 2015) estarão a explicar, em boa medida, a expansão da informalidade nos últimos anos em Cabo Verde. Essa inferência é corroborada pelo facto de 40 por cento das UPI terem sido criadas após 2009 e pelo aumento da taxa de autoemprego (de 82,9 para 86,5 por cento), não assalariado (de 3,2 para 6,8 por cento), na economia informal.

A distribuição das UPI por sector de atividades sugere uma importante alteração nas características do informalidade em Cabo Verde. Se, até inícios de 2010, o comércio era a atividade dominante da economia informal, em 2015 há uma distribuição mais uniforme das UPI entre os ramos da indústria (36,6 por cento), do comércio (34,9 por cento) e de outros serviços (28,5 por cento).

A indústria agroalimentar e os outros serviços foram as atividades que cresceram mais rapidamente entre 2010 e 2015, contribuindo, respetivamente, em 22 e 19 pontos percentuais para o crescimento de 38 por cento registado no número das UPI.[15]

O efetivo da economia informal trabalha em média 38,6 horas semanais (de acordo com o INE em termos médios a população empregada em Cabo Verde trabalhava em média 36,7 horas por semana em 2015), sendo que metade aufere menos de 14,2 mil escudos por mês. A produtividade do trabalho é estimada em 236,5 escudos por hora, enquanto a produtividade do capital é de 25,8 escudos/hora.

Produtividade do Trabalho



Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Cálculos do Banco de Cabo Verde.

O investimento médio por UPI nos 12 meses que precederam a realização do inquérito ronda os cem mil escudos. Naquele período, cerca de 70, 67 e 58 por cento das UPI dos ramos da indústria, comércio e outros serviços, respetivamente, investiram principalmente na aquisição de terreno-local profissional, de máquinas e veículos.

[14] Registe-se que, em inícios de 2010, o INE realizou o segundo inquérito para caracterizar a economia informal em Cabo Verde. Em 1997, o Instituto do Emprego e Formação Profissional tinha realizado um estudo similar.

[15] O contributo do comércio para o aumento do número das UPI entre 2015 e 2010 foi menos três pontos percentuais. Não obstante, o valor acrescentado bruto do comércio informal permaneceu muito superior ao dos demais ramos.

Para investir e para custear gastos operacionais, 1.594 UPI (num total de 33.228) recorreram a empréstimos, sobretudo junto a familiares, no último ano à data da realização do inquérito.[16] Cerca de 65 por cento dos empréstimos contratados pelas UPI seriam utilizados na compra de matérias-primas ou de mercadorias, quatro por cento na compra de equipamentos e 31 por cento no pagamento de salários e reembolso de dívidas contratadas anteriormente.

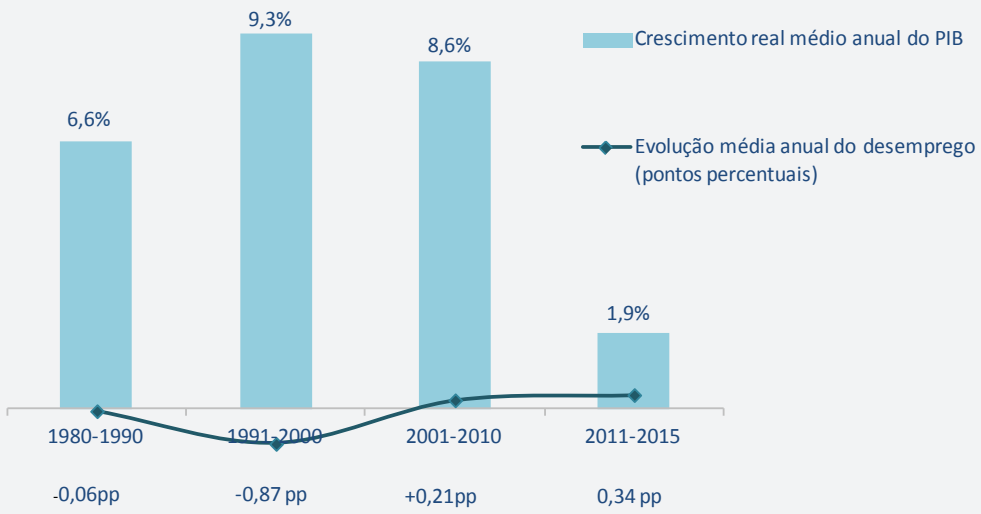
A dimensão da economia informal cabo-verdiana, embora importante, é consideravelmente mais baixa que a média dos países em desenvolvimento e em particular da África Subsariana.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima, num *paper* publicado em 2009, que o emprego informal representa cerca de 65 por cento do emprego não agrícola nos países em desenvolvimento (51 por cento na América Latina, 48 por cento na África do Norte e 72 por cento na África Subsariana). Considerando o sector agrícola, estima-se que em África pelo menos nove em cada dez trabalhadores rurais e urbanos tenham empregos informais. A OIT realça o défice de governação e a fraqueza institucional como fatores explicativos da alta incidência da informalidade na África Subsariana. [17]

Da análise de dados históricos disponíveis para Cabo Verde, infere-se que a informalidade da economia terá também subjacente uma componente estrutural relacionada, em boa medida, a questões de governança político-económica.

Com efeito, a adoção de medidas de liberalização da economia na década de 90 despoletou uma transição importante de efetivos da economia formal (da administração pública e do sector empresarial do Estado, em particular) para a economia informal. O *boom* verificado no comércio internacional informal indicia que medidas adotadas no quadro da alteração do modelo de desenvolvimento económico não terão sido acompanhadas por medidas complementares adequadas de regulação da economia ou que a capacidade de *enforcement* não terá sido suficientemente forte.

Evolução da Economia e do Desemprego



Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Instituto de Emprego e Formação Profissional. Cálculos do Banco de Cabo Verde.
Nota: pp - pontos percentuais.

[16] O capital das UPI provém essencialmente de poupança, donativos e herança (90,3 por cento). Menos de cinco por cento provém de empréstimos, sendo 80 por cento contraído junto a familiares.

[17] De acordo com a 103ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada em 2014, o emprego não agrícola na economia informal representa 66 por cento do emprego total na Africa Subsariana.

As reformas estruturais implementadas sequencialmente, igualmente, não terão sido direcionadas para estimular a criação expressiva do emprego formal e para a contínua qualificação do capital humano, possivelmente influenciado pelo pensamento económico dominante até finais do século XX de que o crescimento económico por si só geraria postos de trabalho na economia formal, suficientes para absorver a população ativa.

A aversão ao risco, o excesso de burocracia, bem como a elevada fiscalidade e parafiscalidade constituem também fatores que poderão explicar a dimensão do informalismo económico em Cabo Verde.

A atividade informal coadjuva parte importante da economia formal. O receio da perda de um rendimento estável auferido num emprego formal na administração pública ou nas grandes empresas não incentiva a formalização do empreendedorismo e limita a densificação do tecido empresarial do país.

Se por um lado deve ser reconhecida à economia informal o mérito de prover meios de subsistência (ainda que baixos e irregulares), consumo e educação a uma camada importante da população, possibilitando alguma mitigação da exclusão social e da insegurança, não serão menosprezáveis as implicações negativas da informalidade.

O défice de capacidade de organização e de investimento dos agentes da economia informal, bem como a dimensão insuficiente das unidades produtivas informais, traduzem-se numa baixa produtividade e num fraco potencial para gerar crescimento económico.

Os trabalhadores e as unidades produtivas da economia informal são predominantemente pobres, com défice de acesso a bens e serviços, à informação, aos mercados, ao financiamento, à formação e à tecnologia, e têm dificuldade em recorrer ao sistema judicial para fazer valer os seus contratos. Assim sendo, a economia informal, quando detém um peso significativo, constitui uma das principais caracteristicas de um sistema económico dual.

O défice de trabalho digno é mais marcado na economia informal. Os trabalhadores da economia informal e as UPI não são reconhecidos nem declarados. Além de não beneficiarem da proteção social, não beneficiam da proteção conferida pela legislação laboral, pelo que se sentem impossibilitados de os exercer ou de os defender. Por sua vez, não estando geralmente organizados, raras vezes são representados coletivamente junto dos empregadores ou das autoridades públicas.

Por limitar a base tributária, reduz o potencial de atuação do Estado para a promoção da eficiência e da equidade. As empresas não declaradas e não regulamentadas, por não cumprirem as suas obrigações fiscais, nem as suas obrigações sociais em relação aos seus trabalhadores, fazem concorrência desleal às empresas formalmente constituídas.

Não obstante, a economia informal pode constituir um bom potencial empresarial e uma fonte de empreendedorismo. Muitos dos seus agentes têm um sentido apurado do negócio, espírito criativo, dinamismo e capacidade de inovação. Assim sendo, é de todo desejável a implementação de medidas e estratégias eficazes que incentivem a transição suave, mas permanente, da informalidade para a formalidade.

Capítulo 5. Inflação

Em 2015, os preços no consumidor evoluíram favoravelmente, numa conjuntura de abrandamento do crescimento económico e de contínua queda dos preços internacionais das matérias-primas.

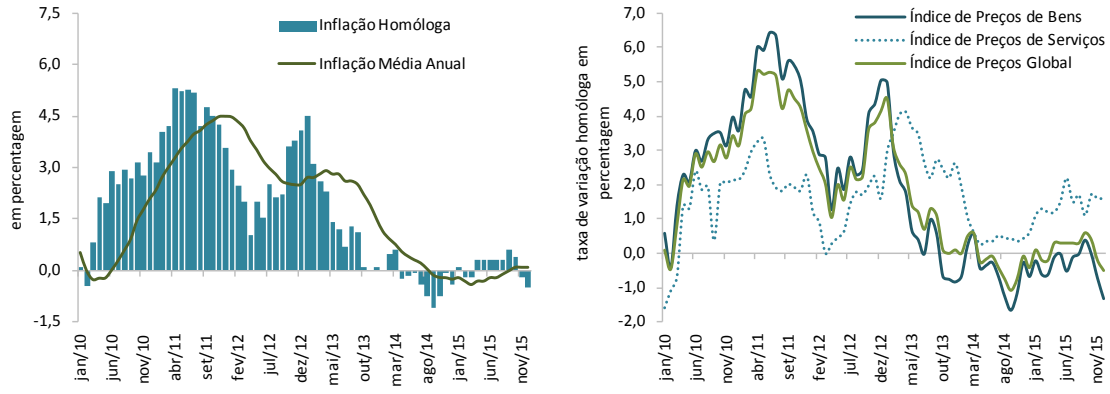
Após ter atingido o valor mínimo em março (-0,4 por cento), a inflação média anual registou uma inflexão da sua tendência, tendo-se fixado, em dezembro, em 0,1 por cento. Este comportamento foi determinado por desenvolvimentos a nível interno, nomeadamente pela redução da produção local de frescos, conforme sugere o contributo da classe dos bens alimentares e bebidas não alcoólicas para alguma pressão ascendente dos preços no consumidor.

Os impactos da subida do imposto sobre o valor acrescentado (em 0,5 pontos percentuais, para 15,5 por cento) em todas as classes do índice de preços no consumidor (IPC), para cofinanciar o apoio às vítimas e a reconstrução das infraestruturas destruídas pela erupção do Pico do Fogo, determinaram também a inflexão da tendência da inflação média anual.

No entanto, a queda dos preços internacionais de bens energéticos e a evolução contida dos preços no consumidor e no produtor dos principais fornecedores do país mitigaram parte substancial das pressões ascendentes sobre os preços, determinando uma baixa inflação média anual.

Efetivamente, nos dois últimos anos, em termos médios, os preços internacionais do brent (petróleo de referência para Cabo Verde) reduziram quase dois terços, num contexto de ascensão dos Estados Unidos da América como maior produtor mundial de petróleo, de manutenção de elevados níveis de produção por parte dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), bem como de arrefecimento da economia chinesa (com efeitos negativos na procura global).

Figura 15. Evolução da *Headline Inflation* em Cabo Verde



Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde e Instituto Nacional de Estatística de Portugal.
Nota: IPC – Índice de Preços no Consumidor.

A nível nacional, os efeitos dessa redução, quer diretos (sobre os preços no consumidor dos produtos energéticos) quer indiretos (sobre os custos de produção), resultaram numa deflação na ordem dos seis e três por cento, respetivamente, das classes de rendas de habitação, água, eletricidade e manutenção corrente e dos transportes.

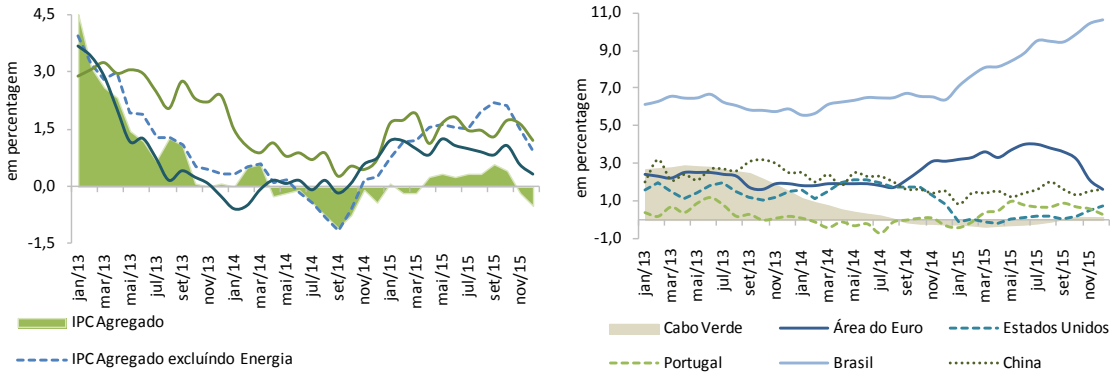
Para além do contexto externo, o dinamismo moderado da procura agregada, numa conjuntura de contenção salarial, contribuiu também para o aumento comedido da inflação global.

Ao longo de 2015, o comportamento da inflação homóloga foi impulsionado, em boa medida, pela evolução dos preços da classe de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas e, em menor grau, pelo contributo ascendente da classe dos acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação. Registe-se que, até setembro, a inflação homóloga seguiu uma tendência crescente, em resultado sobretudo do mau ano agrícola de 2014, que se traduziu numa redução da produção local de frescos. No entanto, a tendência da inflação homóloga infletiu-se a partir de novembro, tendo-se fixado em -0,5 por cento em dezembro, impulsionada pelas expetativas de melhoria da produção agrícola com as chuvas de 2015, pela contínua descida dos preços dos bens energéticos, bem como pela redução dos preços de vestuário e calçado.

A inflação subjacente, medida pelo IPC excluindo produtos energéticos e alimentares não transformados, aumentou 0,3 por cento em termos homólogos e 0,8 por cento em termos médios anuais, em dezembro. O diferencial positivo da *core inflation* face à *headline inflation* indicia que o comportamento dos preços no consumidor tem sido explicado, em larga medida, por fatores externos e internos relacionados às suas componentes mais voláteis, nomeadamente os preços internacionais mais baixos do petróleo e os impactos da produção agrícola nacional sobre os preços dos alimentos, e que a inflação importada continua a ser a principal fonte de pressão descendente dos preços no consumidor.

A evolução contida dos preços no consumidor, para além de beneficiar o poder de compra das famílias, determinou o aumento da competitividade-preço do país, patente no decréscimo do índice de taxa de câmbio efetiva real do país em torno de dois por cento, num contexto de acentuada depreciação do euro em 2015.

Figura 16. Evolução Homóloga da Inflação Subjacente e Inflação dos Principais Parceiros Comerciais do País



Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde.

Capítulo 6. Contas Externas

As contas externas registaram um comportamento favorável em 2015, tendo as reservas internacionais líquidas do país atingido o valor máximo histórico de 453,4 milhões de euros, a 31 de dezembro de 2015, em função da redução do défice da balança corrente em cerca de 51 por cento.

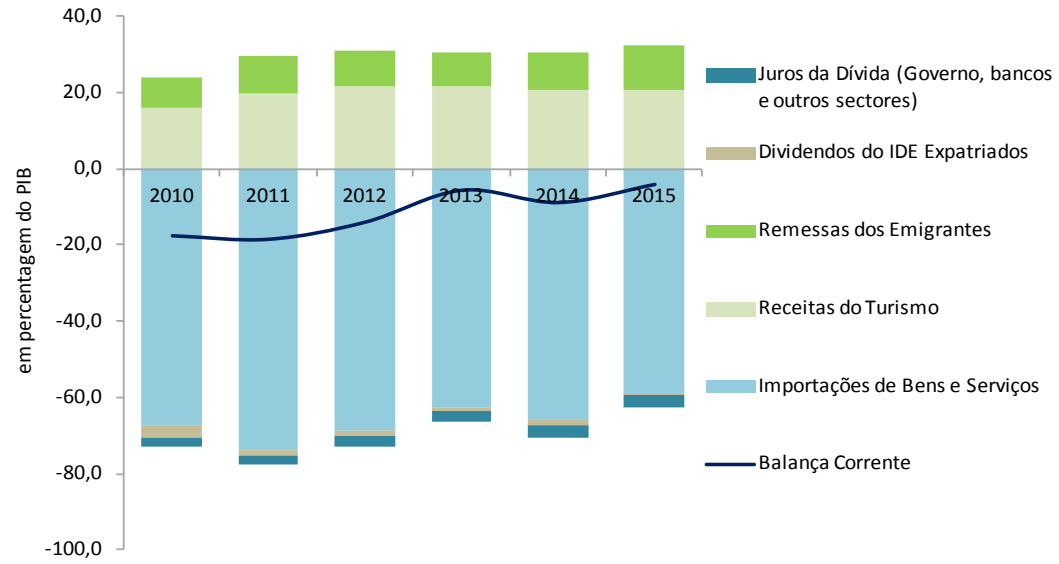
A evolução menos desfavorável do desequilíbrio externo do país foi, sobretudo, determinada por fatores conjunturais, nomeadamente pela redução dos preços no produtor e no consumidor nos mercados fornecedores do país (o efeito preço explica em 79 por cento a redução das importações), pelo apoio às vítimas da erupção vulcânica e da seca em 2014 (que contribuiu para o aumento exponencial dos donativos e das remessas dos emigrantes, respetivamente, em 24,9 e 20,1 por cento) e pela dissipação do efeito da expatriação em 2014 de reservas constituídas por vários anos por uma empresa com capital externo.

Com efeito, a melhoria da conta corrente foi determinada pela redução do défice da balança de bens em 4,7 por cento, pelo aumento das transferências unilaterais em 16,5 por cento e pela redução dos dividendos expatriados em 57,3 por cento.

A balança comercial (de bens e serviços) registou uma diminuição do défice em 5,6 por cento em 2015, que compara ao aumento de 8,7 por cento registado no ano anterior, impulsionada em larga medida pelo comportamento da balança de bens.

As importações de bens e serviços diminuíram 8,7 por cento, depois de terem registado um aumento de 6,8 por cento em 2014, em larga medida devido à diminuição das importações de bens de capital e de combustíveis (respetivamente, em 23,6 e 22 por cento), de serviços de comunicação, financeiros e outros serviços empresariais e técnicos (respetivamente, em 67,5, 48,6 e 12,3 por cento) e de serviços de transporte marítimo (em 5,8 por cento).

Figura 17. Principais Rubricas da Balança Corrente



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Quadro 6. Evolução do Comércio Externo de Bens e Serviços

	2013	2014	2015
			em milhões de escudos
Importações de Bens e Serviços	**96.159,6**	**102.658,8**	**93.755,0**
dos quais:			
Bens de Consumo	22.995,8	23.311,6	23.797,6
Bens de Capital	6.558,0	11.126,8	8.499,1
Combustíveis	12.583,2	9.780,8	7.629,9
Viagens de Negócios	5.016,1	5.317,5	6.616,6
Viagens Pessoais	4.921,2	3.781,0	3.405,5
Serviços de Transporte (incluindo fretes)	7.019,5	7.842,1	7.602,1
Serviços Empresariais e Técnicos Diversos	2.722,0	4.200,2	3.134,4
Exportação de Bens e Serviços	**69.833,8**	**74.285,9**	**66.964,1**
dos quais:			
Pescado	4.835,6	5.675,8	5.635,7
Vestuário	354,8	476,2	539,3
Calçado	419,6	458,3	375,8
Fornecimentos à Navegação Aérea e Marítima	10.312,9	12.945,9	8.868,4
Serviços de Comunicação	2.263,8	4.389,5	2.276,4
Serviços de Turismo	33.325,4	32.124,8	33.184,7
Taxa de Cobertura das Importações pelas Exportações	**73%**	**72%**	**71%**

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Igualmente, as exportações de bens e serviços diminuíram 9,9 por cento, que compara ao crescimento de 6,4 por cento em 2014. A referida diminuição foi determinada sobretudo pela redução dos fornecimentos à navegação aérea e marítima (em 31,5 por cento, em larga medida relacionada ao efeito preço) e das exportações de mercadorias (em 26,2 por cento, refletindo o efeito de base da venda em 2014 de três aviões ATR pela transportadora aérea nacional, num contexto de relativa estabilização das exportações de pescado), bem como devido à queda das exportações de serviços de comunicação (em 48,1 por cento, reflexo, sobretudo, do efeito de base de um aumento extraordinário de receitas de conectividade ocorrido em 2014), de serviços de seguros e outros empresariais (respetivamente, em 44,1 e 13,6 por cento).

Refira-se que as receitas brutas com viagens de turismo cresceram 3,3 por cento, recuperando de uma queda de 3,6 por cento em 2014 e mitigando a queda das exportações de serviços, num contexto de melhoria da atividade económica, ainda que modesta, na Área do Euro, de controlo da propagação do Ébola na África Ocidental, de dissipação do efeito de desvio da procura turística para assistir à copa do mundo de futebol no Brasil, de aumento da insegurança em destinos concorrentes de Cabo Verde (nomeadamente, Norte de África), bem como de algum aumento do *marketing* para atrair a procura turística, com a entrada em funcionamento do maior resort turístico do país em outubro de 2014.

Por sua vez, uma análise às exportações de mercadorias por destino evidencia a manutenção da predominância das exportações para a Área do Euro, que representaram 85,3 por cento do mercado de exportação em 2015. Não obstante, as exportações de mercadorias para a Área do Euro diminuíram 1,3 por cento, em consequência da contração das exportações para Portugal em 5,1 por cento e do abrandamento do ritmo de crescimento das exportações para Espanha em 7,2 pontos percentuais. Realce-se a ligeira tendência de diminuição da concentração geográfica das exportações nacionais, a favor de outros destinos como por exemplo os Estados Unidos da América.

A balança de rendimentos registou, por sua vez, um défice de 3,6 por cento do PIB (4,9 por

cento em 2014), explicado sobretudo pela dissipação do efeito do aumento significativo de rendimentos distribuídos aos investidores externos em 2014 e, em menor medida, pela redução dos juros pagos ao exterior (bancos e sector privado).

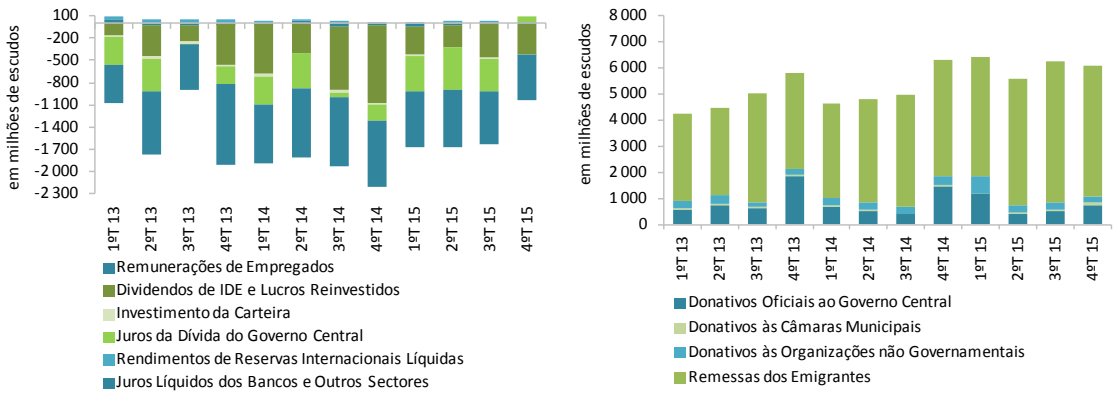
Igualmente, a balança de transferências evoluiu favoravelmente, devido tanto ao aumento dos donativos como ao crescimento das remessas dos emigrantes.

Os donativos ao Estado de Cabo Verde aumentaram 24,9 por cento em 2015, não obstante a redução da ajuda orçamental, impulsionados em larga medida pelo apoio à recuperação de infraestruturas destruídas pela erupção vulcânica e às famílias desalojadas de Chã das Caldeiras. O apoio às vítimas da erupção vulcânica, a par do apoio às vítimas da seca de 2014, terá contribuído também para acelerar o crescimento das remessas dos emigrantes (20,1 por cento, que compara a 12,4 por cento em 2014), num contexto de melhoria da situação económica e financeira e das condições do mercado de trabalho nos países de acolhimento.

A contração do défice corrente refletiu-se na diminuição das necessidades de financiamento da economia e, consequentemente, na redução dos influxos financeiros.

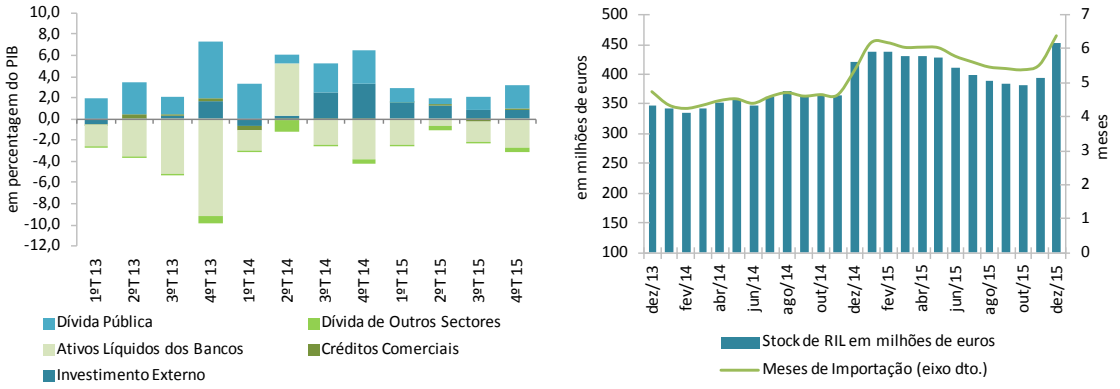
A balança financeira, que constitui o canal através do qual se processa o financiamento externo da economia, registou em 2015 uma entrada líquida de fundos na ordem de 3,6 por cento do PIB, que compara a 6,9 por cento em 2014. A contração do excedente da balança financeira em 47,8 por cento foi sobretudo determinada pela redução dos desembolsos líquidos da dívida externa pública (em 45,6 por cento) e do investimento direto estrangeiro (em 13,4 por cento, não obstante os investimentos de emigrantes terem aumentado 20 por cento), bem como pelo aumento das aplicações dos bancos no exterior (em 20,3 milhões de euros).

Figura 18. A Evolução de Rendimentos e Transferências Unilaterais



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Figura 19. Evolução das Principais Componentes da Balança Financeira



Fonte: Banco de Cabo Verde.

As necessidades da economia foram financiadas maioritariamente por empréstimos financeiros contratados pelo governo central, não obstante a redução dos desembolsos efetivos, e por investimentos externos, pese embora a redução de 17,5 por cento.

A evolução da balança financeira, aliada a algum impacto da depreciação do euro nas posições externas dos bancos comerciais, no *stock* das reservas internacionais líquidas e na dívida externa denominada em dólar norte-americano, determinou o agravamento da posição de investimento internacional do país na ordem dos 4,5 por cento (4,8 por cento em 2014).

A posição externa líquida negativa do país aumentou de 144 para 148 por cento do PIB. O défice financeiro do país manteve-se, entretanto, concentrado em instrumentos não geradores de dívida e em dívida concessional, tendo os *stocks* de investimento direto estrangeiro e de dívida externa pública concessional representado, respetivamente, 66 e 64 por cento da posição líquida do investimento internacional.

ANEXOS ESTATÍSTICOS

Principais Indicadores Económicos e Financeiros

	Unidades	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Contas Nacionas, Preços e Emprego											
Produto Interno Bruto[1]	a preços do ano anterior; em %	9,5	12,2	6,7	-1,3	1,5	4,0	1,1	0,8	1,9	1,5
Inflação Média Anual	taxa variação em %	4,8	4,4	6,8	1,0	2,1	4,5	2,5	1,5	-0,2	0,1
Inflação Homóloga	taxa variação em %	5,8	4,0	6,7	-0,4	3,4	3,6	4,1	0,1	-0,4	-0,5
Taxa de Desemprego	em %	13,4	15,2	13,0	13,1	10,7	12,2	16,8	16,4	15,8	12,4
Sector Monetário e Financeiro											
Massa Monetária	taxa variação em %	17,7	10,6	7,9	3,3	5,9	3,3	6,3	11,0	7,3	5,9
Ativo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	14,8	22,8	-6,3	-1,6	3,4	-27,6	23,0	38,1	21,8	13,4
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	17,1	0,7	19,1	10,0	7,2	11,7	4,6	3,7	2,4	2,2
Crédito à Economia[2]	em % do PIB	41,2	42,5	49,5	54,9	59,8	62,4	61,6	61,5	60,3	60,8
Dep. do Sector Privado Não Financeiro Total[3]	em % do PIB	69,8	68,8	67,3	68,7	71,7	66,6	73,5	79,3	84,8	88,5
Depósitos de Emigrantes a Prazo e de Poupança	em % do PIB	25,1	23,3	21,8	23,2	24,3	25,0	26,8	28,4	30,0	31,2
Taxas de Câmbio											
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Nominal	valores médios	103,5	104,3	105,4	105,1	104,5	105,0	104,1	104,5	104,4	102,5
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Real	valores médios	106,2	109,4	114,1	114,7	114,5	116,9	115,8	114,0	112,9	110,9
Taxa de Câmbio USD/CVE	valores médios	87,9	80,6	75,3	79,4	83,3	79,3	85,8	83,1	83,1	99,4
Sector Externo											
Balança Corrente + Balança de Capital	em % do PIB	-5,2	-11,2	-12,2	-11,9	-11,1	-15,5	-13,3	-5,4	-8,5	-3,1
Balança Corrente	em % do PIB	-6,6	-12,9	-13,7	-14,6	-13,5	-16,2	-14,0	-5,8	-9,0	-4,3
Remessas de Emigrantes	em % do PIB	10,6	8,8	8,2	7,5	7,5	9,1	9,6	9,0	9,9	11,7
Receitas Brutas de Turismo	em % do PIB	16,1	19,3	18,9	15,5	16,1	20,0	21,5	21,7	20,5	20,8
Investimento Direto Estrangeiro em Cabo Verde	em % do PIB	10,8	12,6	11,6	7,3	7,0	5,5	6,7	3,0	6,7	5,7
Reservas/Importações	meses	3,6	4,1	4,0	4,2	4,2	3,2	3,8	4,8	5,4	6,4
Finanças Públicas											
Saldo Global	em % do PIB	-3,2	1,2	-1,6	-5,8	-10,5	-7,7	-10,3	-9,3	-7,5	-4,1
Saldo Primário	em % do PIB	-1,4	2,7	-0,2	-4,5	-9,0	-6,1	-8,4	-7,2	-5,3	-1,5
Stock da Dívida Externa	em % do PIB	43,7	39,9	38,5	42,8	50,8	56,9	68,1	78,3	87,9	94,4
Stock da Dívida Interna[4]	em % do PIB	26,6	22,6	18,6	20,0	21,4	22,6	23,2	24,4	26,8	29,0

Fontes: Instituto Nacional de Estatística; Banco de Cabo Verde; Ministério das Finanças.

Notas: 1 Os valores do PIB para 2014 e 2015 são estimativas de Contas Nacionais Trimestrais do Instituto Nacional de Estatística.
2 Não inclui dívida titulada das Sociedades Não Financeiras.
3 Inclui todos os depósitos de sociedades não financeiras e particulares, incluindo emigrantes de todas as maturidades.
4 Exclui os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF).
n.d.-Não disponível.

Produto Interno Bruto - Ótica da Procura

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
	valores a preços correntes, em milhões de escudos						
Consumo Final	98 067	104 603	111 547	112 865	120 265	123 619	127 167
Consumo Privado	76 770	81 864	86 839	87 328	92 864	97 656	100 330
Consumo Público	21 296	22 739	24 708	25 536	27 401	25 963	26 837
Investimento	60 730	65 376	59 501	66 024	70 277	55 921	48 622
Formação Bruta de Capital Fixo	53 944	57 285	52 337	62 625	69 128	52 844	46 337
Variação de Existências	6 787	8 091	7 164	3 399	1 149	3 076	2 285
Procura Interna	158 797	169 979	171 048	178 889	190 542	179 540	175 789
Exportações de Bens e Serviços	43 932	49 698	42 228	45 271	52 541	60 790	62 246
Procura Global	202 729	219 677	213 276	224 160	243 084	240 330	238 035
Importações de Bens e Serviços	80 755	84 979	77 396	85 591	95 159	89 978	84 312
PIB	**121 974**	**134 698**	**135 879**	**138 569**	**147 924**	**150 351**	**153 723**

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
	taxa de variação real, em percentagem					
Consumo Final	2,1	6,3	-0,5	3,0	1,2	1,8
Consumo Privado	1,6	6,1	-1,2	2,2	3,3	1,8
Consumo Público	3,8	7,3	2,0	6,0	-5,9	1,9
Investimento	3,8	-9,0	10,2	1,7	-20,5	-12,8
Formação Bruta de Capital Fixo	2,5	-8,5	19,0	5,6	-23,5	-12,0
Variação de Existências	14,5	-12,7	-53,9	-69,0	162,2	-25,3
Procura Interna	2,8	0,4	3,2	2,6	-6,8	-2,7
Contributo Procura Interna para PIB (a)	3,6	0,5	4,0	3,3	-8,7	-3,2
Exportações de Bens e Serviços	7,9	-16,8	6,9	10,9	13,5	0,6
Procura Global	3,9	-3,5	3,9	4,2	-2,4	-1,9
Importações de Bens e Serviços	-0,3	-7,0	8,3	4,7	-7,8	-6,4
Contributo Procura Externa Líquida para PIB (a)	3,1	-1,8	-2,6	0,7	9,8	4,0
PIB	**6,7**	**-1,3**	**1,5**	**4,0**	**1,1**	**0,8**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.
Notas: (a) Contributo para a taxa de variação do PIB em pontos percentuais.

Produto Interno Bruto - Ótica da Oferta

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
	valores a preços correntes, em milhões de escudos						
Agricultura, Produção Animal e Floresta	9 386	9 655	10 043	9 705	10 597	11 660	11 393
Pesca	1 003	786	1 261	1 367	1 005	1 040	1 334
Indústria e Energia	7 242	8 858	9 588	10 175	10 823	12 364	13 510
Construção	13 376	16 409	16 584	14 973	15 455	13 203	13 415
Comércio	15 389	15 540	16 833	17 610	19 003	18 785	17 278
Alojamento e Restauração	4 255	4 712	4 653	4 793	5 896	8 651	9 065
Transportes e Comunicações	19 929	22 083	20 917	21 035	20 283	19 630	20 794
Atividades Financeiras e de Seguro	4 844	6 016	5 316	5 119	5 077	5 237	5 377
Outros Serviços Mercantis	13 897	15 418	15 566	16 602	17 289	18 659	18 747
Serviços não Mercantis	16 041	16 742	18 497	19 592	22 097	22 501	23 783
Total VAB	**105 362**	**116 219**	**119 258**	**120 970**	**127 525**	**131 730**	**134 697**
Impostos e Taxas Líquidos de Subsídios	16 612	18 479	16 621	17 598	20 399	18 621	19 026
PIB	**121 974**	**134 698**	**135 879**	**138 569**	**147 924**	**150 351**	**153 723**
	taxa de variação real, em percentagem						
Agricultura, Produção Animal e Floresta	36,2	3,4	8,2	-4,8	9,5	7,4	-3,2
Pesca	-17,0	-21,8	38,9	5,8	-31,9	30,9	20,7
Indústria e Energia	8,5	17,1	-1,1	9,5	2,2	12,5	4,7
Construção	12,2	19,1	-7,7	-11,0	0,6	-13,0	0,5
Comércio	17,1	-3,7	5,9	2,4	2,2	-2,1	-8,0
Alojamento e Restauração	37,4	5,9	-4,5	-4,3	20,7	34,4	3,7
Transportes e Comunicações	6,2	6,7	-4,0	6,6	-7,4	3,7	3,0
Atividades Financeiras e de Seguro	31,5	21,9	-11,4	-2,8	-2,2	0,4	0,5
Outros Serviços Mercantis	10,3	6,0	-1,5	2,9	4,1	4,1	0,4
Serviços não Mercantis	-6,4	1,8	8,6	4,4	12,5	1,1	4,3
Total VAB	10,8	6,7	0,1	1,2	3,0	3,0	0,7
Impostos e Taxas Líquidos de Subsídios	22,1	6,2	-9,8	3,7	10,6	-10,8	1,3
PIB	**12,2**	**6,7**	**-1,3**	**1,5**	**4,0**	**1,1**	**0,8**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Estimativa das Contas Nacionais Trimestrais - Ótica da Oferta

Produto Interno Bruto a preços correntes

Ano Base= 2007, em milhões de escudos

	2014	2015	2014				2015			
			1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Ramos de Atividade										
Agricultura	10 137	10 760	3 227	3 116	1 665	2 129	2 841	2 986	2 038	2 894
Pesca	1 646	1 832	364	405	461	416	346	448	530	509
Indústrias Extrativas	655	660	183	178	161	133	176	164	163	157
Indústrias Transformadoras	8 269	8 225	1 879	2 097	2 183	2 110	2 081	2 039	2 120	1 986
Eletricidade e Água	4 082	4 194	926	1 001	1 026	1 129	999	939	1 159	1 097
Construção	14 779	13 461	3 689	3 833	3 951	3 306	3 645	3 381	3 314	3 121
Comércio	18 020	17 387	4 467	4 169	4 491	4 893	4 155	4 223	4 365	4 643
Transportes	15 018	15 844	3 449	3 640	3 958	3 971	3 780	3 963	4 056	4 045
Alojamento e Restauração	8 861	9 896	2 435	2 165	1 799	2 462	2 783	2 380	2 108	2 624
Telecomunicações e Correios	6 281	5 866	1 554	1 501	1 565	1 661	1 553	1 430	1 464	1 420
Serviços Financeiros	5 522	5 747	1 378	1 373	1 373	1 398	1 443	1 417	1 445	1 443
Imobiliária e Outros Serviços	16 340	16 585	4 071	4 150	3 942	4 177	4 135	4 164	4 003	4 284
Serviços às Empresas	3 992	4 322	948	1 053	961	1 030	909	1 084	1 104	1 226
Administração Pública	24 207	24 747	5 912	6 339	5 651	6 306	5 932	6 410	5 810	6 595
Valor Acrescentado Bruto	**137 808**	**139 528**	**34 481**	**35 021**	**33 186**	**35 119**	**34 777**	**35 028**	**33 678**	**36 045**
Impostos Líquidos de Subsídios	18 571	19 875	4 413	4 496	4 542	5 120	4 663	4 983	4 604	5 626
Produto Interno Bruto	**156 378**	**159 404**	**38 895**	**39 517**	**37 728**	**40 239**	**39 440**	**40 011**	**38 282**	**41 670**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Estimativa das Contas Nacionais Trimestrais - Ótica da Oferta

Produto Interno Bruto a preços encadeados

Ano Base= 2007, em milhões de escudos

	2014	2015	2014				2015			
			1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Ramos de Atividade										
Agricultura	10 521	10 815	3 276	3 355	1 751	2 139	2 911	3 119	2 000	2 785
Pesca	1 524	1 669	316	370	436	402	316	402	481	470
Indústrias Extrativas	437	422	109	114	116	98	112	105	104	101
Indústrias Transformadoras	6 942	6 787	1 584	1 763	1 832	1 763	1 722	1 683	1 749	1 633
Eletricidade e Água	2 894	3 130	665	712	726	791	690	715	881	844
Construção	12 435	11 781	3 077	3 242	3 324	2 792	3 154	2 937	2 902	2 788
Comércio	15 454	15 070	3 785	3 616	3 870	4 184	3 556	3 607	3 807	4 100
Transportes	13 460	13 742	3 137	3 309	3 454	3 561	3 401	3 431	3 410	3 500
Alojamento e Restauração	6 794	7 506	1 886	1 662	1 369	1 877	2 108	1 813	1 604	1 980
Telecomunicações e Correios	8 987	8 532	2 207	2 140	2 243	2 397	2 248	2 079	2 134	2 072
Serviços Financeiros	5 240	5 442	1 296	1 295	1 310	1 340	1 366	1 342	1 369	1 365
Imobiliária e Outros Serviços	13 818	14 031	3 446	3 529	3 332	3 512	3 485	3 535	3 386	3 626
Serviços às Empresas	3 769	4 008	898	996	905	970	848	1 004	1 022	1 135
Administração Pública	22 384	22 689	5 461	5 849	5 233	5 840	5 449	5 880	5 325	6 035
Valor Acrescentado Bruto	**124 679**	**125 849**	**31 103**	**31 911**	**29 955**	**31 710**	**31 392**	**31 635**	**30 290**	**32 532**
Impostos Líquidos de Subsídios	16 044	16 892	3 813	3 884	3 924	4 423	3 965	4 226	3 936	4 764
Produto Interno Bruto	**140 608**	**142 653**	**34 880**	**35 758**	**33 854**	**36 116**	**35 325**	**35 838**	**34 201**	**37 289**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Estimativa das Contas Nacionais Trimestrais - Ótica da Oferta

Produto Interno Bruto a preços encadeados

Ano Base= 2007, taxa de variação homóloga em percentagem

			2014				2015			
	2014	2015	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Ramos de Atividade										
Agricultura	-7,5	2,8	-15,3	-3,4	2,9	-8,2	-11,1	-7,0	14,2	30,2
Pesca	23,0	9,5	16,4	18,4	28,9	26,9	0,0	8,6	10,3	16,9
Indústrias Extrativas	7,0	-3,4	18,3	-2,0	-1,5	19,2	3,1	-7,5	-10,3	2,4
Indústrias Transformadoras	-8,0	-2,2	0,8	-7,7	-5,1	-17,2	8,7	-4,5	-4,6	-7,4
Eletricidade e Água	1,1	8,2	-2,3	1,3	1,3	3,7	3,9	0,5	21,3	6,6
Construção	7,9	-5,3	15,6	-0,8	0,9	21,3	2,5	-9,4	-12,7	-0,1
Comércio	4,5	-2,5	0,6	2,5	3,1	11,9	-6,1	-0,2	-1,6	-2,0
Transportes	4,1	2,1	19,5	-2,5	2,9	0,1	8,4	3,7	-1,3	-1,7
Alojamento e Restauração	-1,9	10,5	9,8	6,3	-20,1	-2,8	11,8	9,1	17,2	5,5
Telecomunicações e Correios	2,7	-5,1	5,7	11,3	-2,9	-1,1	1,9	-2,9	-4,9	-13,6
Serviços Financeiros	4,6	3,9	6,1	5,7	4,0	2,8	5,4	3,6	4,5	1,9
Imobiliária e Outros Serviços	1,7	1,5	4,1	0,9	0,1	2,0	1,1	0,2	1,6	3,3
Serviços às Empresas	15,2	6,3	27,6	10,8	22,5	4,1	-5,5	0,8	12,9	16,9
Administração Pública	4,6	1,4	6,9	6,2	3,3	2,0	-0,2	0,5	1,7	3,3
Valor Acrescentado Bruto	**2,5**	**0,9**	**5,0**	**1,8**	**0,8**	**2,4**	**0,9**	**-0,9**	**1,1**	**2,6**
Impostos Líquidos de Subsídios	-2,6	5,3	1,4	-2,8	-9,3	0,7	4,0	8,8	0,3	7,7
Produto Interno Bruto	**1,9**	**1,5**	**4,6**	**1,2**	**-0,5**	**2,2**	**1,3**	**0,2**	**1,0**	**3,2**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Importações Cabo-Verdianas de Bens por Zona Económica e Países de Destino

	2014	2015	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Estrutura das Importações - pesos em %		em milhões de escudos									
Área do Euro	82,9	77,6	40 664,2	50 754,4	52 879,9	47 302,3	54 112,8	65 529,7	53 147,6	49 884,4	50 366,2	46 625,5
CEDEAO	1,2	1,8	595,6	832,8	919,3	1 214,0	1 148,1	1 308,7	928,5	887,1	758,6	1 088,9
Alemanha	0,8	1,0	545,6	853,9	975,2	1 280,7	276,1	391,9	679,4	820,2	496,4	607,2
Brasil	3,4	3,8	3 024,7	3 743,3	3 528,7	2 508,1	2 300,0	2 056,1	2 646,7	2 158,5	2 082,9	2 274,6
Costa do Marfim	0,1	0,2	127,8	260,1	252,0	180,0	143,8	38,0	239,2	34,2	38,9	99,5
Espanha	8,0	7,1	2 668,3	2 666,5	4 533,3	5 531,3	6 577,5	7 421,8	4 701,3	4 737,8	4 857,1	4 283,1
Estados Unidos da América	1,2	1,4	659,9	697,8	539,1	583,1	980,7	713,1	3 483,6	734,6	753,6	870,0
França	1,8	2,2	1 184,1	5 721,7	1 256,1	1 088,4	2 265,2	1 260,2	1 077,5	818,8	1 106,8	1 314,8
Itália	1,5	1,7	2 267,2	2 275,1	1 695,5	1 737,8	1 074,9	3 345,2	1 041,1	892,0	911,1	991,0
Países Baixos	21,2	13,1	7 270,8	9 771,2	10 576,2	9 412,2	10 373,9	14 391,1	9 859,3	12 538,2	12 902,1	7 863,6
Portugal	43,7	46,3	23 878,1	27 059,3	31 369,7	27 170,6	31 795,5	33 606,2	31 672,5	26 340,0	26 538,2	27 791,6
Reino Unido	0,7	0,8	649,5	621,4	559,7	270,4	271,9	287,9	490,4	510,0	453,6	460,1
Senegal	1,1	1,4	312,4	496,4	411,7	690,8	689,6	1 053,2	461,0	762,5	641,0	833,9
Suécia	0,1	0,1	682,0	616,8	270,8	91,8	170,0	48,6	113,1	55,7	54,4	64,6
Outros Países	16,3	21,0	4 294,1	5 336,7	6 355,1	5 674,4	4 910,8	10 527,4	9 233,7	9 683,7	9 896,7	12 601,5
Total	100,0	100,0	47 564,5	60 120,3	62 323,2	56 219,6	61 829,8	75 140,6	65 698,7	60 086,1	60 732,7	60 055,5

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas e Instituto Nacional de Estatística.

Importações Cabo-Verdianas de Bens por Grupos e Produtos

	2015	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Pesos (%)	taxa de variação nominal, em percentagem									
Bens de Consumo	**39,6**	**17,5**	**8,4**	**9,2**	**-5,0**	**6,4**	**8,2**	**-4,9**	**-1,1**	**1,4**	**2,1**
Produtos Alimentares Primários	5,4	26,9	18,6	16,2	-20,1	14,6	5,4	1,8	16,1	-10,4	4,2
Produtos Alimentares Transformados	23,3	13,9	11,8	7,8	2,0	2,3	10,6	-5,3	1,7	-3,4	7,5
Material de Transporte	2,0	37,8	9,3	9,0	-30,5	-0,7	11,3	-8,1	-31,8	12,0	15,4
Outros Bens Consumo Duradouros	3,0	16,2	-7,2	9,4	-3,2	30,1	-17,4	2,8	-27,5	42,3	-26,0
Outros Bens Consumo Semi-Duradouros	2,5	22,2	-7,6	27,3	-14,2	-4,0	29,4	-14,8	5,4	25,8	4,4
Outros Bens Consumo não Duradouros	3,4	11,6	4,2	-2,1	5,2	6,0	19,1	-10,8	2,1	0,2	-9,5
Bens Intermédios	**23,4**	**26,3**	**16,5**	**25,6**	**-22,0**	**13,6**	**2,1**	**-15,6**	**-8,0**	**13,9**	**-0,4**
Produtos Alimentares Primários	0,8	60,8	16,2	27,1	-48,3	14,0	70,0	-19,3	33,0	-12,9	-26,5
Produtos Alimentares Transformados	0,6	-11,8	8,8	37,5	35,6	-22,7	-9,0	17,7	7,1	5,3	4,6
Produtos Primários não Especificados	0,3	-24,0	215,5	28,2	-8,6	-15,7	-30,1	14,1	-26,0	-1,2	10,1
Produtos Transformados para Agricultura	0,1	43,0	2,0	3,9	30,6	-30,5	24,9	-10,0	25,8	-7,3	10,4
Produtos Transformados para Indústria Alimentar	0,6	39,0	8,0	21,6	1,2	15,0	14,2	0,0	4,7	5,9	9,3
Produtos Transformados para Confecção e Calçado	0,2	-17,1	26,7	-1,3	-21,7	-9,3	55,1	-13,7	-17,1	-5,7	33,1
Produtos Transformados para Indústrias Várias	0,8	-7,0	6,0	30,7	2,4	4,7	19,7	-13,8	11,8	2,7	-10,5
Produtos Transformados para Construção	10,3	34,1	19,4	33,9	-30,4	2,9	6,1	-16,6	-13,6	17,2	-1,7
Cimento	3,1	23,7	14,5	16,4	-17,8	0,3	-0,8	-12,1	-6,1	6,1	-9,1
Ferro	3,9	66,6	24,6	42,5	-43,2	11,6	21,3	-26,5	-15,0	17,5	-4,7
Produtos Transformados para Carpintaria	1,6	10,8	8,6	9,2	-28,3	5,8	15,8	-17,0	-17,6	29,6	-5,2
Material Eléctrico	3,3	29,4	30,7	11,5	-11,0	129,4	-30,2	-28,8	-13,3	39,5	12,6
Produtos Transformados, n.e.	4,2	24,2	-0,7	20,9	-2,4	-3,2	7,0	-6,6	-3,8	5,3	-0,1
Peças e Acessórios para Material de Transporte	0,6	29,9	24,2	-12,1	-15,2	33,8	32,7	-27,8	7,4	-3,5	3,4
Bens de Capital	**14,2**	**27,0**	**71,5**	**-31,7**	**-2,6**	**12,5**	**32,7**	**-3,8**	**-51,8**	**69,7**	**-23,6**
Máquinas	9,3	54,4	31,2	-12,7	-1,7	26,1	18,0	-32,9	-22,9	90,5	-33,9
Meios de Transporte	3,8	-7,7	182,7	-49,6	-13,2	-6,2	0,1	154,2	-77,7	35,5	1,1
Motores	1,0	39,7	-48,7	-24,2	127,5	-19,5	466,5	-87,1	32,4	-6,7	47,1
Combustíveis	**12,7**	**23,7**	**55,4**	**10,3**	**-9,2**	**12,6**	**95,7**	**-33,8**	**34,7**	**-22,3**	**-22,0**
Diesel Oil	6,6	24,9	67,9	1,0	-9,9	13,9	106,4	-41,6	46,2	-26,7	-25,7
Fuel Oil	3,6	44,1	-0,1	53,3	17,1	-3,9	174,6	-35,2	42,5	-24,6	-18,2
Gasolina	0,9	81,9	43,8	25,6	-54,2	44,4	-5,7	7,2	5,7	4,8	-7,6
Artigos Diversos n.e.	**10,1**	**22,9**	**10,8**	**18,4**	**-3,4**	**7,5**	**12,9**	**-7,0**	**-5,8**	**12,6**	**-5,0**
Total Geral	**100,0**	**22,3**	**25,7**	**4,1**	**-9,8**	**10,0**	**21,5**	**-12,6**	**-8,4**	**7,5**	**-7,2**

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas.
Nota: n.e. - não especificado.

Exportações Cabo-Verdianas de Bens por Zona Económica e Países de Destino

	2015	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Estrutura das Exportações - Pesos em %	em milhões de escudos									
Área do Euro	81,94	1 413,3	1 228,4	1 887,0	2 732,0	3 557,2	5 133,5	4 222,5	4 990,5	5 467,3	5 466,4
CEDEAO	0,31	75,9	1,4	147,3	2,3	20,0	8,3	7,0	6,3	2,3	20,6
Angola	0,05	0,0	0,5	0,0	0,2	1,5	0,1	4,3	8,0	13,8	3,2
Alemanha	0,31	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	9,0	1,5	20,5
Guiné Bissau	0,00	75,9	1,4	2,5	1,3	20,0	8,2	4,7	0,8	0,8	0,0
Países Baixos	0,32	10,5	3,7	11,8	13,5	10,4	8,4	7,5	12,0	11,3	21,3
Portugal	14,07	905,9	901,7	979,3	928,2	839,6	977,2	729,0	924,0	991,0	938,4
França	0,02	0,2	0,4	0,3	80,2	21,8	337,4	2,3	196,0	175,1	1,2
Espanha	67,23	496,8	322,6	895,7	1 710,1	2 685,3	3 810,5	3 483,7	3 849,5	4 288,5	4 485,0
Estados Unidos da América	1,83	25,0	21,5	8,6	25,2	59,6	29,7	58,7	60,1	60,2	121,9
El Salvador	2,53	116,9	60,4	0,0	0,0	0,0	190,7	221,6	193,1	240,4	169,0
Marrocos	3,16	161,4	113,0	65,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	39,3	210,6
Japão	0,00	9,3	114,3	10,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros Países	10,49	17,1	7,5	434,8	2,1	59,0	74,2	53,9	461,6	525,6	700,0
Total	100,0	1 819,0	1 547,1	2 409,2	2 760,9	3 697,4	5 436,4	4 565,7	5 714,0	6 347,2	6 671,2

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas e Instituto Nacional de Estatística.

Exportações Cabo-Verdianas de Bens por Grupos e Produtos

	2015	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Pesos em %	taxa de variação nominal, em percentagem									
Produtos Tradicionais	84,6	40,1	-36,5	151,9	30,5	52,7	58,0	-14,2	26,0	17,5	-0,8
Produtos do Mar	84,6	40,1	-36,5	151,9	30,5	52,7	58,0	-14,2	26,0	17,4	-0,7
Enlatado	40,4	610,1	-57,8	235,6	1 794,2	65,7	58,2	-18,8	12,9	20,8	-0,3
Congelado	44,0	-66,8	879,4	157,2	-33,1	40,8	55,3	-10,0	41,0	19,7	-0,9
Fresco	0,0	75,1	-99,9	579,9	-97,3	144,2	4 215,6	-29,7	110,5	-95,5	-91,3
Crustáceos	0,2	8,6	-17,1	10,6	0,2	6,1	96,5	30,2	12,3	-82,3	-15,3
Produtos Transformados	13,7	-8,5	16,1	-3,4	-6,3	-5,6	8,3	-29,0	29,3	20,7	-2,1
Calçado	5,6	7,5	42,4	-9,3	-9,4	19,1	3,4	-0,6	11,1	9,2	-18,0
Vestuário	8,1	-14,9	2,8	0,7	-4,4	-20,4	12,7	-52,3	60,4	34,2	13,3
Outros Produtos	1,7	87,0	-51,2	51,2	-25,0	8,8	30,2	13,1	-18,9	1,9	5,3
Total de Exportações	100,0	15,8	-15,0	55,7	14,6	34,0	46,9	-16,0	25,2	17,6	-0,9

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas.

Balança de Pagamentos

em milhões de ecudos

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013[P]	2014[P]	2015[E]
Balança Corrente	**-7 214**	**-15 787**	**-18 467**	**-19 800**	**-18 722**	**-23 943**	**-21 053**	**-8 898**	**-14 026**	**-6 857**
Bens	-40 694	-53 243	-57 233	-53 735	-56 822	-67 206	-57 394	-52 364	-51 284	-48 877
Exportações	8 429	6 545	8 640	7 365	11 282	16 759	15 698	16 398	22 144	16 024
Importações	-49 123	-59 788	-65 873	-61 100	-68 104	-83 965	-73 092	-68 762	-73 429	-64 900
Serviços	11 612	15 762	18 404	12 782	16 529	20 449	20 471	26 038	22 911	22 086
Exportações	33 534	39 386	44 659	37 961	41 634	45 749	50 850	53 436	52 142	50 940
Transportes	10 838	10 177	13 138	11 192	14 396	11 349	10 957	11 235	9 526	9 478
Viagens e Turismo	17 495	23 495	25 415	21 002	22 268	29 523	32 251	33 325	32 121	33 182
Importações	-21 922	-23 624	-26 256	-25 179	-25 105	-25 300	-30 379	-27 397	-29 230	-28 855
Rendimentos	-3 515	-2 530	-3 540	-3 442	-6 710	-5 655	-6 438	-5 367	-7 692	-5 732
Rendimentos de Investimento	-3 526	-2 445	-3 427	-3 096	-6 623	-5 572	-6 496	-5 376	-7 625	-5 691
Rendimentos Investimento Directo	-2 083	-2 217	-2 769	-2 054	-4 759	-3 255	-2 774	-1 368	-2 975	-1 539
Juros Dívida Externa Pública	-522	-519	-520	-548	-667	-852	-1 142	-1 438	-1 518	-1 734
Juros Dívida Externa Privada (Bancos e Outros Sectores)	-2 002	-1 159	-1 758	-1 450	-2 083	-2 262	-3 126	-3 077	-3 529	-2 859
Transferências Correntes	25 383	24 224	23 902	24 596	28 281	28 469	22 308	22 795	22 039	25 665
Transferências Oficiais	4 184	5 454	7 839	6 894	8 790	5 535	5 116	4 948	4 664	5 823
Remessas de Emigrantes	11 478	10 769	11 029	10 222	10 325	13 423	14 380	13 779	15 485	18 593

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: P - Provisório; E - Estimativa.

Balança de Pagamentos

em milhões de escudos

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013[P]	2014[P]	2015[E]
Balança de Capital e de Operações Financeiras	**7 972**	**15 587**	**28 933**	**26 018**	**29 747**	**36 732**	**23 336**	**9 015**	**11 507**	**7 546**
Balança de Capital	**1 540**	**2 148**	**2 084**	**3 670**	**3 311**	**985**	**1 122**	**533**	**659**	**1 884**
Balança Financeira	**6 432**	**13 439**	**26 849**	**22 348**	**26 436**	**35 747**	**22 214**	**8 481**	**10 848**	**5 662**
Investimento Direto	11 767	15 310	15 617	9 917	9 645	8 087	10 120	4 627	10 519	9 114
Outros Investimentos	-22	4 959	7 465	7 712	14 464	11 452	17 845	11 739	10 175	2 161
Ativos	1 048	-749	2 711	-559	1 108	-5 583	-8 030	-12 500	6 987	-5 432
Passivos	-1 070	5 709	5 643	7 932	13 467	25 142	25 876	24 239	3 187	7 592
Créditos Comerciais	243	431	164	671	213	5 499	840	876	-1 375	372
Dívida Externa Pública	2 266	2 326	3 216	6 302	14 657	14 266	17 751	18 671	15 773	8 573
Dívida Externa Privada (Bancos e Outros Sectores)	-4 452	893	1 150	-1 779	-1 535	-110	2 172	-895	-3 583	-2 009
Moedas e Depósitos	588	1 619	490	-765	1 007	-6 211	-2 489	-5 796	-1 594	-4 614
Ativos Líquidos dos Bancos	1 377	-41	1 795	-28	-283	-515	-217	-960	783	-127
Ativos de Reserva	-5 044	-7 120	-2 254	551	-2 218	3 484	-4 058	-5 604	-7 845	-3 524
Erros e Omissões	-758	200	-4 445	-2 502	-6 937	-65	-2 283	-117	2 519	-689
Por memória										
Balança Corrente + Balança Capital	**-5 674**	**-13 639**	**-16 383**	**-16 130**	**-15 411**	**-22 958**	**-19 931**	**-8 364**	**-13 367**	**-4 973**

Fonte: Banco de Cabo Verde.
Nota: P - Provisório; E- Estimativa.

Balança de Pagamentos

em percentagem do PIB

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013[P]	2014[P]	2015[E]
Balança Corrente	**-6,6**	**-12,9**	**-13,7**	**-14,6**	**-13,5**	**-16,2**	**-14,0**	**-5,8**	**-9,0**	**-4,3**
Bens	-37,4	-43,7	-42,5	-39,5	-41,0	-45,4	-38,2	-34,1	-32,8	-30,7
Exportações	7,8	5,4	6,4	5,4	8,1	11,3	10,4	10,7	14,2	10,1
Importações	-45,2	-49,0	-48,9	-45,0	-49,1	-56,7	-48,6	-44,7	-47,0	-40,7
Serviços	10,7	12,9	13,7	9,4	11,9	13,8	13,6	16,9	14,7	13,9
Exportações	30,8	32,3	33,2	27,9	30,0	30,9	33,8	34,8	33,3	32,0
Transportes	10,0	8,3	9,8	8,2	10,4	7,7	7,3	7,3	6,1	5,9
Viagens e Turismo	16,1	19,3	18,9	15,5	16,1	19,9	21,5	21,7	20,5	20,8
Importações	-20,2	-19,4	-19,5	-18,5	-18,1	-17,1	-20,2	-17,8	-18,7	-18,1
Rendimentos	-3,2	-2,1	-2,6	-2,5	-4,8	-3,8	-4,3	-3,5	-4,9	-3,6
Rendimentos de Investimento	-3,2	-2,0	-2,5	-2,3	-4,8	-3,8	-4,3	-3,5	-4,9	-3,6
Rendimentos de Investimento Direto	-1,9	-1,8	-2,1	-1,5	-3,4	-2,2	-1,8	-0,9	-1,9	-1,0
Juros Dívida Externa Pública	-0,5	-0,4	-0,4	-0,4	-0,5	-0,6	-0,8	-0,9	-1,0	-1,1
Juros Dívida Externa Privada (Bancos e Outros Sectores)	-1,8	-1,0	-1,3	-1,1	-1,5	-1,5	-2,1	-2,0	-2,3	-1,8
Transferências Correntes	23,3	19,9	17,7	18,1	20,4	19,2	14,8	14,8	14,1	16,1
Transferências Oficiais	3,8	4,5	5,8	5,1	6,3	3,7	3,4	3,2	3,0	3,7
Remessas de Emigrantes	10,6	8,8	8,2	7,5	7,5	9,1	9,6	9,0	9,9	11,7

Fonte: Banco de Cabo Verde e Instituto Nacional de Estatística.

Nota: Para o cálculo foram utilizadas as contas nacionais anuais definitivas até 2013 e as contas nacionais anuais provisórias para 2014 e 2015. P - Provisório; E- Estimativa.

Balança de Pagamentos

em percentagem do PIB

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013[P]	2014[P]	2015[E]
Balança de Capital e de Operações Financeiras	**7,3**	**12,8**	**21,5**	**19,1**	**21,5**	**24,8**	**15,5**	**5,9**	**7,4**	**4,7**
Balança de Capital	**1,4**	**1,8**	**1,5**	**2,7**	**2,4**	**0,7**	**0,7**	**0,3**	**0,4**	**1,2**
Balança Financeira	**5,9**	**11,0**	**19,9**	**16,4**	**19,1**	**24,1**	**14,8**	**5,5**	**6,9**	**3,6**
Investimento Direto	10,8	12,6	11,6	7,3	7,0	5,5	6,7	3,0	6,7	5,7
Outros Investimentos	0,0	4,1	5,5	5,7	10,4	7,7	11,9	7,6	6,5	1,4
Créditos Comerciais	0,2	0,4	0,1	0,5	0,2	3,7	0,6	0,6	-0,9	0,2
Dívida Externa Pública	2,1	1,9	2,4	4,6	10,6	9,6	11,8	12,1	10,1	5,4
Dívida Externa Privada (Bancos e Outros Sectores)	-4,1	0,7	0,9	-1,3	-1,1	-0,1	1,4	-0,6	-2,3	-1,3
Moedas e Depósitos	0,5	1,3	0,4	-0,6	0,7	-4,2	-1,7	-3,8	-1,0	-2,9
Ativos Líquidos dos Bancos	1,3	0,0	1,3	0,0	-0,2	-0,3	-0,1	-0,6	0,5	-0,1
Ativos de Reserva	-4,6	-5,8	-1,7	0,4	-1,6	2,4	-2,7	-3,6	-5,0	-2,2
Erros e Omissões	-0,7	0,2	-3,3	-1,8	-5,0	0,0	-1,5	-0,1	1,6	-0,4
Por memória										
Balança Corrente + Balança Capital	**-5,2**	**-11,2**	**-12,2**	**-11,9**	**-11,1**	**-15,5**	**-13,3**	**-5,4**	**-8,5**	**-3,1**

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: Para o cálculo foram utilizadas as contas nacionais anuais definitivas até 2013 e as contas nacionais anuais provisórias para 2014 e 2015. P - Provisório; E- Estimativa.

Posição de Investimento Internacional Líquida

em milhões de escudos

	2006	2007	2008P	2009P	2010P	2011P	2012P	2013P	2014P	2015P
Posição de Investimento Internacional Líquida*	-58 707,7	-71 883,9	-100 105,6	-122 778,3	-146 447,9	-183 431,3	-206 256,0	-215 198,0	-225 508,0	-235 496,7
Ativos	49 394,0	59 030,3	57 375,2	57 164,5	58 829,1	60 584,4	74 761,6	96 063,6	100 419,5	112 492,2
Investimento Direto no Estrangeiro	0,0	29,6	30,0	172,3	175,7	289,4	946,8	2 096,4	2 816,8	3 139,3
Ações e Outras Participações de Capital e Utilidades Reinvestidas	0,0	29,6	30,0	172,3	175,7	289,4	946,8	2 096,4	2 816,8	3 139,3
Outras Participações de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Investimento de Carteira	11,2	43,9	43,9	43,9	43,9	43,9	1 591,4	3 892,1	5 357,9	7 450,8
Títulos de Participação no Capital	11,2	43,9	43,9	43,9	43,9	43,9	43,9	43,9	43,9	43,9
Títulos de Dívida	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1 547,6	3 848,2	5 314,0	7 406,9
Outros Investimentos	28 078,8	30 532,6	26 615,1	26 706,1	26 182,3	31 499,5	39 445,2	51 795,5	45 874,1	51 829,0
Créditos Comerciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2	0,2
Empréstimos	1 328,6	1 864,7	2 696,2	3 473,9	4 183,3	3 292,1	3 266,2	3 495,7	5 615,0	4 700,5
Moeda e Depósitos	6 956,0	14 743,3	11 780,5	11 079,3	9 689,1	15 267,0	23 023,9	34 187,7	26 919,1	33 648,1
Outros Ativos	19 794,2	13 924,5	12 138,4	12 152,9	12 309,9	12 940,3	13 155,1	14 111,8	13 339,7	13 480,1
Ativos de Reserva	21 304,0	28 424,3	30 686,3	30 242,2	32 427,2	28 751,6	32 778,1	38 279,7	46 370,7	50 073,1
Passivos	108 101,7	130 914,2	157 480,8	179 942,8	205 277,0	244 015,7	281 017,6	311 261,7	325 927,5	347 988,9
Investimento Direto na Economia Declarante	45 268,2	60 607,5	81 357,1	95 311,4	108 528,0	121 351,2	132 128,4	137 880,4	148 981,9	158 399,7
Ações e Outras Participações de Capital e Utilidades Reinvestidas	44 062,5	59 476,5	79 676,3	93 508,6	105 278,1	115 171,6	129 254,6	139 216,7	149 931,9	157 820,8
Outras Participações de Capital	1 205,7	1 131,1	1 680,8	1 802,9	3 250,0	6 179,6	2 873,8	-1 336,3	-950,0	578,9
Investimento de Carteira	30,6	353,4	353,5	804,0	1 530,5	1 536,2	1 389,9	1 409,3	874,0	878,1
Títulos de Participação no Capital	30,6	200,4	200,4	356,5	356,5	356,5	356,5	356,5	356,5	356,5
Títulos de Dívida	0,0	153,0	153,1	447,6	1 174,1	1 179,8	1 033,4	1 052,9	517,6	521,7
Outros Investimentos	62 802,9	69 953,3	75 770,2	83 827,3	95 218,5	121 128,3	147 499,3	171 972,0	176 071,5	188 711,1
Créditos Comerciais	1 489,7	1 904,2	1 823,9	3 847,5	3 270,6	3 755,0	4 550,0	5 009,1	3 934,5	4 298,0
Empréstimos	57 655,7	62 769,9	68 095,5	73 526,4	84 248,7	99 542,2	119 780,7	137 964,3	152 459,6	162 539,7
Moeda e Depósitos	3 579,4	5 205,8	5 777,8	5 352,0	6 526,8	16 631,5	21 990,0	27 869,0	18 471,0	20 583,7
Outros Passivos	78,1	73,4	73,0	1 101,4	1 172,4	1 199,6	1 178,6	1 129,6	1 206,4	1 289,7

Fonte: Banco de Cabo Verde, Empresas, Bancos Comerciais, Ministério das Finanças.

Notas: (*) ativos - passivos; (P) Provisório. No quadro de implementação de um plano de melhoria da abrangência das estatísticas do sector externo, em linha com as recomendações de uma missão de assistência técnica do FMI, as estatísticas de 2012 a 2015 foram consolidadas com informações de transações não intermediadas pelo sistema bancário nacional, recolhidas através de inquéritos e disponibilizadas por fontes administrativas. Foi, igualmente, consolidada a classificação de algumas rúbricas, nomeadamente os ativos e passivos líquidos dos bancos. Assim sendo, os valores de certos instrumentos financeiros não são comparáveis com os dados dos anos anteriores. Está em curso um plano de revisão das estatísticas publicadas desde 2008.

Condições Monetárias e Financeiras da Economia Cabo-Verdiana

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Taxas de Juro (valores médios)										
Policy Rate	3,38	4,00	5,25	5,25	4,25	4,25	5,75	5,75	3,75	3,50
Taxa de Rendibilidade de Bilhetes do Tesouro de 91 dias	3,00	3,44	3,40	3,59	4,00	4,00	4,08	3,43	1,67	0,99
Taxa de Rendibilidade de Obrigações do Tesouro de 10 anos	5,06	5,43	5,40	5,52	5,87	5,93	5,79	5,79	5,94	5,53
Taxas de Juro dos Saldos dos Empréstimos a Residentes com Maturidade de 181 dias a 1 ano	8,14	9,83	9,33	9,30	9,04	8,68	9,51	9,08	8,93	8,70
Taxas de Juro dos Saldos dos Empréstimos a Residentes com Maturidade de 1 a 2 anos	12,43	11,81	11,82	10,69	10,08	10,16	9,71	10,61	11,05	10,41
Taxas de Juro dos Saldos dos Empréstimos a Residentes com Maturidade Superior a 10 anos	10,92	10,77	10,43	10,12	9,83	9,26	9,25	8,87	8,87	8,76
Taxas de Câmbio (variação percentual dos valores em final de período)										
Índice Cambial Efetivo Nominal (2001=100)	103,47	104,34	105,38	105,11	104,55	105,05	104,11	104,54	104,43	102,42
Taxa de Câmbio USD/CVE	87,93	80,62	75,34	79,38	83,28	79,28	85,84	83,07	83,08	99,39
Empréstimos Concedidos pelo Sector Bancário ao Sector Privado (taxa de crescimento anual em final de período)										
Particulares	20,03	-21,27	95,03	14,00	9,29	9,40	-2,66	1,59	-0,02	2,54
Para Aquisição de Habitação	20,05	-37,71	90,57	10,87	13,26	9,27	4,04	4,07	0,44	2,74
Para Consumo	19,97	56,28	103,42	19,51	2,82	9,64	-14,38	-3,70	-1,07	2,09
Sociedades não Financeiras	62,78	19,58	48,91	8,14	10,50	20,52	2,00	4,15	-2,23	4,20
Por memória										
Taxa de Variação Média Anual do Índice de Preços no Consumidor	4,80	4,40	6,80	1,00	2,10	4,50	2,50	1,50	-0,20	0,10

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Empréstimos Concedidos pelo Sector Bancário a Sociedades não Financeiras

Desagregação Sectorial, taxa de variação anual em fim de período em percentagem

	2015 Peso em %	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Total	**100,0**	**62,8**	**19,6**	**48,9**	**8,1**	**10,5**	**20,5**	**2,0**	**4,2**	**-2,2**	**4,2**
Por Sector de Atividade											
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	0,2	-5,7	8,5	2,1	-5,2	-45,0	-10,8	-8,4	20,6	30,6	-26,8
Indústria Extrativas	0,4	296,2	31,5	164,7	59,9	10,8	-38,8	-9,8	33,5	28,5	25,7
Indústrias Transformadoras	6,3	9,9	43,4	53,9	10,8	4,2	-6,6	12,3	-6,2	-19,7	14,2
Eletricidade, Água e Gás	2,5	2 808,2	-44,0	8,6	-10,1	-32,0	62,2	-10,4	-7,3	-1,8	-13,1
Construção e Obras Públicas	7,4	96,8	46,7	49,6	23,4	26,9	22,5	0,6	-8,1	-25,9	-6,6
Comércio, Restaurante e Hotéis	25,5	16,3	35,4	46,7	0,7	6,6	21,6	3,0	6,9	2,8	2,0
Transportes e Comunicações	12,3	29,6	8,1	35,6	9,3	15,5	40,7	3,3	34,6	-9,5	20,6
Serviços Prestados às Empresas	26,4	40,5	166,4	156,9	67,1	14,3	20,7	13,3	3,8	36,7	0,6
Serviços Sociais e Pessoais	19,1	14,2	61,0	59,3	-2,8	20,8	12,5	-5,1	-2,7	-7,6	4,7

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Operações do Sector Público Administrativo

em milhões de escudos

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015[E]
Receitas Totais	**32 017**	**34 220**	**38 163**	**37 522**	**39 679**	**37 915**	**36 688**	**37 716**	**35 328**	**40 410**
Receitas Correntes (excluindo donativos)	25 726	28 908	32 421	29 985	30 239	33 573	32 486	33 692	32 541	37 086
Impostos	22 670	26 082	29 402	25 530	26 241	29 581	27 573	28 099	27 061	30 253
Imposto sobre o Rendimento	6 921	7 655	8 526	8 061	7 892	8 678	8 616	8 596	7 747	9 561
Imposto sobre Bens e Serviços	9 639	11 356	13 286	11 081	12 015	13 840	12 512	13 136	12 870	14 036
Imposto sobre Valor Acrescentado - IVA	8 439	9 917	11 723	9 747	10 521	11 603	10 405	10 523	10 170	11 283
Imposto para Serviços de Incêndio	0	0	0	0	0	0	52	45	37	35
Imposto sobre o Consumo	982	1 223	1 340	1 147	1 227	1 706	1 498	1 664	1 507	1 478
Outros Impostos	218	216	222	187	267	531	557	903	1 157	1 239
Imposto sobre Transações Internacionais	5 070	5 591	6 124	5 438	5 634	6 228	5 778	5 700	5 754	6 082
Outros Impostos	1 040	1 479	1 466	951	701	835	668	668	688	575
Segurança Social	497	87	51	46	42	37	41	43	56	45
Transferências	6 291	5 312	5 741	7 536	9 440	4 342	4 203	4 024	2 787	3 325
Outras Receitas	2 558	2 740	2 969	4 409	3 956	3 956	4 872	5 550	5 424	6 787
Rendimentos de Propriedade	223	550	604	904	316	339	384	476	209	912
Venda de Bens e Serviços	1 310	1 811	1 840	3 063	3 077	3 143	3 874	3 897	4 010	3 652
Multas e Outras Penalidades	157	236	309	270	376	280	332	511	706	454
Outras Transferências	91	54	44	58	41	85	195	32	128	33
Outras Receitas não Especificadas	778	90	171	113	146	109	86	635	371	1 735

Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.
Nota: Nova série das finanças públicas, decorrente da adopção da metodologia do novo manual de estatísticas das finanças públicas. E-Estimativas preliminares.

Operações do Sector Público Administrativo

em milhões de escudos

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015[E]
Despesas Correntes Totais	**28 392**	**28 760**	**29 142**	**32 159**	**33 099**	**34 591**	**34 409**	**35 424**	**37 542**	**39 664**
Despesas com Pessoal	11 682	12 130	12 439	14 207	14 810	15 679	15 886	16 601	17 172	16 556
Aquisição de Bens e Serviços	4 518	5 074	4 607	5 294	5 171	5 248	4 995	5 062	5 744	5 551
Juros Correntes	1 920	1 881	1 847	1 861	2 173	2 276	2 858	3 383	3 444	4 142
Dívida Externa	522	520	528	547	699	852	1 142	1 438	1 518	1 734
Dívida Interna	1 398	1 360	1 317	1 271	1 460	1 425	1 715	1 878	1 910	2 371
Outros Encargos	0	1	1	43	14	0	0	67	16	37
Subsídios	1 989	377	973	874	752	994	274	101	107	161
Transferências Correntes	2 909	3 156	3 426	3 781	4 939	4 571	4 057	4 074	4 389	4 853
Organismos Internacionais	74	35	223	357	410	204	277	248	189	153
Administração Pública	2 835	3 121	3 203	3 424	4 529	4 367	3 780	3 603	4 200	4 700
Benefícios Sociais	2 072	2 288	2 583	2 890	2 893	3 715	3 918	4 150	4 348	4 729
Outras Despesas Correntes	3 301	3 854	3 266	3 252	2 362	2 107	2 421	2 053	2 339	2 231
Transferências de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor a Regularizar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 440
Atrasados	202	655	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos não Financeiros	7 024	3 412	11 605	13 249	21 164	14 650	17 742	16 600	9 541	7 237
Compra de Ativos	7 573	7 793	12 626	13 268	21 214	14 720	17 744	16 615	9 850	7 521
dos quais: Programa de Investimento	7 455	7 596	12 373	13 129	20 961	14 623	17 663	16 546	9 691	7 386
Venda de Ativos	549	4 381	1 021	18	50	70	2	14	310	284
Saldo Total	-3 399	2 048	-2 584	-7 886	-14 584	-11 325	-15 463	-14 308	-11 756	-6 491
Saldo Total (excluindo donativos)	-9 689	-3 264	-8 326	-15 423	-24 024	-15 667	-19 666	-18 332	-14 543	-9 815
Por memória:										
Despesa Corrente Primária	26 472	26 879	27 295	30 298	30 926	32 314	31 551	32 041	34 098	35 522
Saldo Primário (excluindo donativos)	-7 769	-1 383	-6 479	-13 561	-21 851	-13 391	-16 808	-14 949	-11 099	-5 674
Dívida do Governo Central	73 914	71 983	73 109	83 391	99 213	120 930	137 258	157 867	179 366	196 804

Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.
Nota: Nova série das finanças públicas, decorrente da adopção da metodologia do novo manual de estatísticas das finanças públicas. E- Estimativas preliminares.

Operações do Sector Público Administrativo

em percentagem do PIB

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015[E]
Receitas Totais	**29,4**	**28,1**	**28,3**	**27,6**	**28,6**	**25,6**	**24,4**	**24,5**	**22,6**	**25,3**
Receitas Correntes (excluindo donativos)	23,7	23,7	24,1	22,1	21,8	22,7	21,6	21,9	20,8	23,3
Impostos	20,9	21,4	21,8	18,8	18,9	20,0	18,3	18,3	17,3	19,0
Imposto sobre o Rendimento	6,4	6,3	6,3	5,9	5,7	5,9	5,7	5,6	5,0	6,0
Imposto sobre Bens e Serviços	8,9	9,3	9,9	8,2	8,7	9,4	8,3	8,5	8,2	8,8
Imposto sobre Valor Acrescentado - IVA	7,8	8,1	8,7	7,2	7,6	7,8	6,9	6,8	6,5	7,1
Imposto para Serviços de Incêndio	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Imposto sobre o Consumo	0,9	1,0	1,0	0,8	0,9	1,2	1,0	1,1	1,0	0,9
Outros Impostos	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,4	0,4	0,6	0,7	0,8
Imposto sobre Transacções Internacionais	4,7	4,6	4,5	4,0	4,1	4,2	3,8	3,7	3,7	3,8
Outros Impostos	1,0	1,2	1,1	0,7	0,5	0,6	0,4	0,4	0,4	0,4
Segurança Social	0,5	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências	5,8	4,4	4,3	5,5	6,8	2,9	2,8	2,6	1,8	2,1
Outras Receitas	2,4	2,2	2,2	3,2	2,9	2,7	3,2	3,6	3,5	4,3
Rendimentos de Propriedade	0,2	0,5	0,4	0,7	0,2	0,2	0,3	0,3	0,1	0,6
Venda de Bens e Serviços	1,2	1,5	1,4	2,3	2,2	2,1	2,6	2,5	2,6	2,3
Multas e Outras Penalidades	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,3	0,5	0,3
Outras Transferências	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0
Outras Receitas não Especificadas	0,7	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,4	0,2	1,1

Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.
Nota: Nova série das finanças públicas, decorrente da adopção da metodologia do novo manual de estatísticas das finanças públicas.
Para o cálculo foram utilizadas as contas nacionais anuais definitivas até 2013 e as contas nacionais anuais provisórias para 2014 e 2015; E- Estimativa.

Operações do Sector Público Administrativo

em percentagem do PIB

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015E
Despesas Correntes Totais	**26,1**	**23,6**	**21,6**	**23,7**	**23,9**	**23,4**	**22,9**	**23,0**	**24,0**	**24,9**
Despesas com Pessoal	10,7	9,9	9,2	10,5	10,7	10,6	10,6	10,8	11,0	10,4
Aquisição de Bens e Serviços	4,2	4,2	3,4	3,9	3,7	3,5	3,3	3,3	3,7	3,5
Juros Correntes	1,8	1,5	1,4	1,4	1,6	1,5	1,9	2,2	2,2	2,6
Dívida Externa	0,5	0,4	0,4	0,4	0,5	0,6	0,8	0,9	1,0	1,1
Dívida Interna	1,3	1,1	1,0	0,9	1,1	1,0	1,1	1,2	1,2	1,5
Outros Encargos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Subsídios	1,8	0,3	0,7	0,6	0,5	0,7	0,2	0,1	0,1	0,1
Transferências Correntes	2,7	2,6	2,5	2,8	3,6	3,1	2,7	2,7	2,8	3,0
Organismos Internacionais	0,1	0,0	0,2	0,3	0,3	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1
Administração Pública	2,6	2,6	2,4	2,5	3,3	3,0	2,5	2,3	2,7	2,9
Benefícios Sociais	1,9	1,9	1,9	2,1	2,1	2,5	2,6	2,7	2,8	3,0
Outras Despesas Correntes	3,0	3,2	2,4	2,4	1,7	1,4	1,6	1,3	1,5	1,4
Transferências de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Valor a Regularizar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9
Atrasados	0,2	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ativos não Financeiros	6,5	2,8	8,6	9,8	15,3	9,9	11,8	10,8	6,1	4,5
Compra de Ativos	7,0	6,4	9,4	9,8	15,3	10,0	11,8	10,8	6,3	4,7
dos quais: Programa de Investimento	6,9	6,2	9,2	9,7	15,1	9,9	11,7	10,8	6,2	4,6
Venda de Ativos	0,5	3,6	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2
Saldo Total	-3,1	1,7	-1,9	-5,8	-10,5	-7,7	-10,3	-9,3	-7,5	-4,1
Saldo Total (excluindo donativos)	-8,9	-2,7	-6,2	-11,4	-17,3	-10,6	-13,1	-11,9	-9,3	-6,2
Por memória:										
Despesa Corrente Primária	24,3	22,0	20,3	22,3	22,3	21,8	21,0	20,8	21,8	22,3
Saldo Primário (excluindo donativos)	-7,1	-1,1	-4,8	-10,0	-15,8	-9,1	-11,2	-9,7	-7,1	-3,6
Dívida do Governo Central	68,0	59,0	54,3	61,4	71,6	81,8	91,3	102,7	114,7	123,4

Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Instituto Nacional de Estatística.
Nota: Nova série das finanças públicas, decorrente da adopção da metodologia do novo manual de estatísticas das finanças públicas.
Para o cálculo foram utilizadas as contas nacionais anuais definitivas até 2013 e as contas nacionais anuais provisórias para 2014 e 2015; E- Estimativa.

